

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JULIANA FIALKA

**A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES DO MUNICÍPIO DE PATO
BRANCO/PR SOBRE OS REFLEXOS DO SISTEMA PÚBLICO DE
ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) NA PROFISSÃO CONTÁBIL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**PATO BRANCO
2015**

JULIANA FIALKA

A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO/PR SOBRE OS REFLEXOS DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) NA PROFISSÃO CONTÁBIL

Trabalho de Conclusão de Curso do Curso Superior de Bacharelado em Ciências Contábeis do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – *Câmpus* Pato Branco/PR, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Msc. Marivânia Rufato da Silva

PATO BRANCO

2015



Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Pato Branco
Curso de Ciências Contábeis
Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso



TERMO DE APROVAÇÃO

Titulo do Trabalho de Conclusão de Curso

A Percepção dos Contadores do Município de Pato Branco/PR sobre os Reflexos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na Profissão Contábil

Nome do Aluno: **Juliana Fialka**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado às 20 horas, no dia 09 de outubro de 2015 como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis, do Departamento de Ciências Contábeis - DACON, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

(aprovado, aprovado com restrições, ou reprovado).

Marivânia Rufato da Silva

Profa. Marivânia Rufato da Silva
Orientadora

Paula Renata Blonkoski

Profa. Paula Renata Blonkoski
Avaliador - UTFPR

Ricardo Adriano Antonelli
Prof. Ricardo Adriano Antonelli
Avaliador UTFPR

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por estar presente em todos os momentos da minha vida, me abençoando e proporcionando sabedoria e dando forças para alcançar meus objetivos.

Ao meu marido, Sidnei, por aturar minhas ausências e minhas crises. Obrigado pela compreensão e paciência.

A minha família em especial minhas irmãs Claudia e Karina e minha amada tia, madrinha e mãe Ana que mesmo longe me deram forças para nunca desistir.

Aos meus colegas de trabalho, da Avícola Pato Branco, Allan, Guilherme, Luis Cesar e Juliana que me auxiliaram dispo de seus conhecimentos e experiências e pela compreensão.

Agradeço aos meus colegas de classe, em especial a: Débora, Daiana, Stephanie, Diego, Maria e Roberta, pelos momentos descontraídos que me proporcionaram e pelo companheirismo.

A minha Orientadora Professora Msc. Marivânia Rufato da Silva, pela sua paciência, dedicação, experiência e conhecimento durante as orientações. Fatores importantes que me ajudaram a vencer mais essa etapa.

A todos os professores do Curso de Ciências Contábeis em especial ao meu coordenador Luiz F. Casagrande que contribuíram significativamente para minha formação.

A todos os servidores da UTFPR que mesmo indiretamente contribuíram de alguma maneira.

Aos profissionais da área contábil, que me forneceram informações fundamentais para realização desse trabalho.

Enfim, a todos que fizeram parte da minha vida, pois todos contribuíram direta ou indiretamente para que eu chegasse até aqui.

Obrigada!

RESUMO

FIALKA, Juliana. **A Percepção dos Contadores do Município de Pato Branco/PR sobre os reflexos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na profissão contábil.** 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco. 2015.

A Contabilidade vem passando por várias transformações e a mais recente atualização consiste na implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Desse modo, esta pesquisa tem por objetivo identificar a percepção dos contadores associados ao Sindicato dos Contabilistas de Pato Branco e Região (SICONP) do Estado do Paraná, sobre os reflexos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na profissão contábil. O estudo caracteriza-se como exploratório com natureza prática. O atendimento dos objetivos realizou-se pelo método de levantamento ou *survey* com abordagem quantitativa. Delimitou-se, como amostra da pesquisa, os contadores associados ao SICONP de Pato Branco/PR. A ferramenta de coleta foi o questionário adaptado de Pires (2010) e Souza (2013), totalizando 20 questões, direcionando aos contadores, onde o participante pode dar suas respostas livremente e escolher uma entre várias, dentro de um espaço delimitado. O trabalho alcançou o objetivo proposto e com isso conclui-se que na percepção dos respondentes, o SPED trouxe um reflexo positivo na profissão pois, houve uma integração maior entre a empresa e o contador e o profissional dessa nova era tem a função não somente operacional e sim gerencial e isso aumenta suas atribuições agregando mais conhecimento e qualidade nos serviços prestados. Ainda percebe-se algumas dificuldades em interpretar e aplicar corretamente a legislação, porém, menos ao comparar com pesquisas anteriores. Foi mencionado ainda pelos respondentes, a necessidade de aperfeiçoamento do assunto na formação acadêmica.

Palavras-chave: Sistema Público de Escrituração Digital, Percepção dos profissionais contábeis, Reflexos.

ABSTRACT

FIALKA, Juliana. **Perception of the counters of the municipality of Pato Branco/PR on the reflections of the Public Digital Bookkeeping System (PDBS) in the accounting profession..** 80 f. Final Monograph in Graduation – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco. 2015.

Accounting has undergone several transformations and the newest update consists of the implementation of the Public Digital Bookkeeping System (PDBS). Thereby, this research aims identify the perceptions the counters associated with the Accountants Syndicate of Pato Branco and Region (SICONP) the State of Paraná, about the reflections of the Public Digital Bookkeeping System (PDBS) in the accounting profession. This study is characterized as exploratory, with practical nature. The treatment of the purpose the research was held by the withdrawal method or *survey* with quantitative approach. Was delimited as the survey pattern or sample, the counters associated with the SICONP from Pato Branco/PR. The collection tool was the adaptation of questionnaire of Pires (2010) and Souza (2013), totalizing 20 questions, the participant answers was in their free choice to choose one, within a limited space. The work has achieved our objective and it is concluded in the perception of respondents, the SPED brought a positive impact on the profession, because there was a greater integration between the company, the counter and professional this new era has not only the function of operational but the management function and this increases their duties adding more knowledge and quality in services. Yet we still can see some difficulties in correctly interpret and apply the law, but less when comparing with previous researches. It was also mentioned by the respondents, the need the improvement in the subject of formation in academic education.

Keywords: Public System of Digital Bookkeeping, Perception of accounting professionals, Reflections.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Linha do Tempo - 10 anos na internet.....	20
Figura 2: Linha de obrigatoriedade do SPED	22
Figura 3: Mecânica de funcionamento FCONT	29
Figura 4: Enquadramento Metodológico adotado pela presente pesquisa.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Faixa Etária.....	40
Gráfico 2 Maior nível de formação	40
Gráfico 3: Área de atuação do profissional.....	41
Gráfico 4: Tempo de atuação na área contábil.....	42
Gráfico 5: Quantidade de empresas sob responsabilidade.....	43
Gráfico 6: Quantidade de pessoas na atividade contábil.....	44
Gráfico 7: Regime de tributação das empresas	45
Gráfico 8: Obrigatoriedade das empresas.....	45
Gráfico 9: Área responsável pela implantação do SPED	47
Gráfico 10: Fatores de transtornos no processo de implantação do SPED.....	48
Gráfico 11: Formas de atualização de conhecimentos.....	50
Gráfico 12: Projetos do SPED com maior impacto na profissão contábil	52
Gráfico 13: Setor responsável por gerar, conferir e entregar os arquivos do SPED ..	53
Gráfico 14: Principais causas de erros/advertências na validação e envio dos arquivos do SPED	54
Gráfico 15: Necessidades para gerar, validar e enviar corretamente os arquivos do SPED.....	55
Gráfico 16: Fator importante para o profissional exercer seu papel com responsabilidade	57
Gráfico 17: Influência do SPED no mercado de trabalho do Contabilista	58
Gráfico 18: Contribuição do SPED para a qualidade dos serviços contábeis	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Prazo para apresentação dos livros digitais da Escrituração Contábil Digital	23
Quadro 2: Relação entre idade do respondente, tempo de atuação e forma de atualização dos conhecimentos em relação ao SPED	50

LISTA DE SIGLAS

CNAE	Classificação Nacional de Atividade Econômicas
CRCRS	Conselho Regional de Contabilidade de Rio Grande do Sul
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CT-e	Conhecimento de Transporte Eletrônico
COFINS	Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária
ECD	Escrituração Contábil Digital
EFD	Escrituração Fiscal Digital
e-LALUR	Livro Eletrônico de Escrituração e Apuração do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica Tributada pelo Lucro Real
ENAT	Encontro Nacional de Administradores Tributários
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FCONT	Controle Fiscal Contábil de Transição
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS	Imposto Sobre Serviço
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
NFS-e	Nota Fiscal de Serviço Eletrônica
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal
PIS	Contribuição ao Programa de Integração Social
RFB	Receita Federal do Brasil
SCP	Sociedades em Conta de Participação
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SASCAP	Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná
SICONP	Sindicato dos Contabilistas de Pato Branco e Região
SRF	Secretaria da Receita Federal

SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
TI	Tecnologia da Informação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	12
1.2. PROBLEMA DE PESQUISA.....	14
1.3. OBJETIVO GERAL.....	15
1.4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
1.5. RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA.....	15
1.6. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	16
1.7. ESTRUTURA DA PESQUISA.....	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1. A CONTABILIDADE E A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	18
2.2. HISTÓRICO DO PROCESSO DE INFORMATIZAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.....	19
2.3. SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED.....	21
2.3.1. Escrituração Contábil Digital– ECD.....	22
2.3.2. Escrituração Fiscal Digital ICMS/IPI.....	24
2.3.3. Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições.....	25
2.3.4. Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).....	26
2.3.5. Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).....	27
2.3.6. Controle Fiscal e Contábil de Transição (FCONT).....	28
2.4. FORMAS DE TRIBUTAÇÃO NAS EMPRESAS BRASILEIRAS.....	30
2.5. PESQUISAS ANTERIORES.....	32
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	36
3.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	36
3.2. PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	38
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	39
4.1. PERFIL DO RESPONDENTE.....	39
4.2. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE CONTÁBIL.....	43
4.3. SOBRE O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO SPED.....	46
4.4. SOBRE AS ROTINAS POSTERIORES A IMPLANTAÇÃO DO SPED.....	49
4.5. SOBRE A REPERCUSSÃO DO SPED.....	57
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66
APÊNDICE A.....	76

1 INTRODUÇÃO

O capítulo da introdução irá abordar: (i) a contextualização; (ii) o tema e problema de pesquisa; (iii) objetivo geral; (iv) objetivos específicos; (v) justificativa e relevância; (vi) delimitação da pesquisa e (vii) estrutura da pesquisa.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A organização econômica é disciplinada pela modernização da estrutura contábil. Bitencourt (2013) afirma que a Contabilidade tem passado por um processo de modernização para adequar-se ao mundo virtual que existe hoje e atender as necessidades das empresas em relação, principalmente, à agilidade em processos.

O avanço da contabilidade está diretamente ligada com o avanço do cenário econômico mundial, sendo assim, a necessidade de ter controle sobre a evolução patrimonial tem influência pertinente na evolução da contabilidade que, por sua vez, utiliza-se das inovações tecnológicas adequando-as a sua estrutura legal e suas necessidades para acompanhar o desenvolvimento proposto. Utiliza, ainda, de meios como sistemas de informação para geração de dados de uma forma mais ágil para os usuários finais (COSTA, 2010).

Outra área que também se destaca com sua expansão, é a Tecnologia da Informação, juntamente com o surgimento da *Internet*, com reflexo em outros setores, inclusive na Ciência Contábil, considerando que a sua principal evidenciação é a informação sobre o patrimônio, através da elaboração e divulgação de demonstrações contábeis financeiras. Assim, a Tecnologia da Informação (TI) torna-se aliada da Contabilidade (BITENCOURT, 2013).

Iudícibus (2009, p. 7) afirma que o sistema contábil deveria ser capaz de produzir, em intervalos regulares de tempo, um conjunto básico e padronizado de informações que deveria ser útil para um bom número de usuários, sem esgotar as necessidades destes, mas resolvendo-lhes as mais prementes.

É através da Contabilidade que os gestores buscam informações do andamento de seu negócio, sua rentabilidade, endividamento, receitas e despesas. A

Contabilidade transforma dados em informações, por isso os registros devem mostrar a situação operacional das empresas de forma mais transparente possível. O fato das informações estarem inexatas também pode gerar significativa perda de valor para a empresa (PIRES, 2010).

Nesse contexto, a Receita Federal do Brasil (RFB) através do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) promovendo a integração dos sistemas através da padronização e do compartilhamento das informações.

Da Silva Filho (2015) afirma que para iniciar a padronização entre as várias esferas de governo, foi editada a Emenda Constitucional n. 42, de 2003, introduzindo o inciso XXII ao artigo 37 da Constituição Federal, determinando que as administradoras tributárias da União, Estados e Municípios devem atuar de forma integrada compartilhando cadastro e informações fiscais. Essa Emenda representou a base para que o Projeto SPED pudesse ser implantado no Brasil, uma vez que a referida emenda possibilitou a ação integrada entre as esferas de fiscalização (federal, estadual e municipal).

Com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foi possível modernizar o cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital (RECEITA, 2015).

Conforme as informações disponibilizadas no sítio da Receita Federal do Brasil (RFB), o SPED é um conjunto de programas que engloba a Escrituração Fiscal Digital (EFD), a Escrituração Contábil Digital (ECD), a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT), o Livro de Apuração do Lucro Real Eletrônico e Central de Balanços. Mesmo fazendo parte da composição do projeto, esses programas mantêm independência entre si e seguem legislação e critérios próprios. (RECEITA, 2015)

O Sistema Público de Escrituração Fiscal (SPED) foi criado objetivando informatizar a relação entre o fisco e contribuinte, estabelecendo um novo tipo de relacionamento, baseado na transparência mútua, com reflexos positivos para toda a sociedade, um grande passo para o desenvolvimento social e econômico do país. Toda a movimentação será gerada por sistemas informatizados e integrados pela

empresa, reduzindo sensivelmente o índice de erros com a escrituração das notas fiscais de forma manual, assim como o tempo despendido com a digitação e conferência dos documentos (PIRES, 2010).

Para Duarte (2008), com o Sistema Público de Escrituração Digital a responsabilidade do contador se torna maior, uma vez que o trabalho intelectual sobrepõe-se ao operacional. Ressurgem, assim, outras tarefas típicas do contador, como a contabilidade gerencial, o planejamento tributário, a auditoria, a assessoria.

Sasso (2011) afirma que o contador possui importância tanto como intermediário entre o fisco e o contribuinte quanto na contínua geração de informações para a organização. Esta inovação da tecnologia da informação transforma a prática contábil, considerando que é essencial que o contador fique consciente de sua importância nesta fase de mudanças e que consiga adquirir conhecimento para acompanhar as alterações.

Neves Júnior et.al. (2011) afirmam que o profissional de contabilidade que não se adequar à nova realidade do SPED tende a enfrentar muita dificuldade para manter-se no mercado. É imprescindível a atuação de um profissional contábil qualificado que possua habilidades de análise, boa comunicação interpessoal e esteja sempre atento à legislação. São pontos básicos para o sucesso da continuidade desse projeto e sucesso na profissão do contador.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Sendo o SPED uma inovação que revolucionou a contabilidade principalmente no que se refere a profissão do contador, exigindo preparação técnica dos profissionais que auxiliam as empresas obrigadas a aderir esse programa, tem-se a seguinte questão da pesquisa: qual a percepção dos contadores associados ao SICONP do município de Pato Branco/PR sobre o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e os reflexos na profissão contábil?

1.3 OBJETIVO GERAL

No intuito de responder a pergunta da pesquisa, este trabalho tem como objetivo geral identificar a percepção dos contadores do município de Pato Branco/PR sobre os reflexos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na profissão contábil.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para alcançar o objetivo geral, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- (i) caracterizar o perfil e a atividade do profissional contábil no município;
- (ii) analisar as responsabilidades e dificuldades no processo de implantação do SPED;
- (iii) identificar as mudanças nas rotinas contábeis posteriores a implantação do SPED;
- (iv) analisar a percepção dos contadores sobre os reflexos do SPED no perfil profissional, no mercado de trabalho e na qualidade da prestação de serviços contábeis.

1.5 RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA

A Contabilidade vem acompanhando o avanço tecnológico e são muitas as mudanças nas rotinas do profissional contábil para atender suas empresas. Com a implantação do SPED, aumenta a necessidade de qualidade e agilidade nas informações que serão enviadas ao fisco e também adequação às legislações vigentes.

Para Marion (2003) “dentro da empresa o contador é um comunicador e está em sintonia com todas as áreas”. O profissional da área contábil é um agente da

mudança. Ele é o canal entre o fisco e a empresa e por isso deve estar em constante atualização para assim poder mostrar suas diversas habilidades.

Este trabalho é relevante, tendo em vista que será útil aos profissionais da contabilidade que já estão se adequando a essa nova realidade, adicionando mais conhecimento sobre os projetos que já foram implantados e ampliar a visão voltada ao SPED de forma gerencial e não somente fiscais.

Será também de grande utilidade aos gestores e administradores proporcionando-lhes um melhor entendimento sobre o assunto para assim expandirem sua visão sobre o SPED observando os impactos e contribuições desse projeto no ambiente de gestão.

Segundo Beuren (2006), no mundo do conhecimento, em que predominam as novas tecnologias da comunicação e da informação, a Contabilidade afirma-se definitivamente como ciência. Novos modelos e sistemas contábeis estão sendo propostos, práticas avançadas de contabilização são continuamente revistas e adaptadas ao novo meio ambiente organizacional. Intensifica-se nas universidades o estudo científico dos problemas contábeis.

Constituem-se núcleos de pesquisa especialmente orientada para solução teórica desses problemas. Adotam-se e ajustam-se, quando necessário, metodologias, métodos e procedimentos das ciências sociais às peculiaridades e ao conhecimento dos sistemas conceituais dessa nova área de investigação que se amplia (BEUREN, 2006).

Por isso ressalta-se a importância deste estudo no meio acadêmico, principalmente para o curso de Ciências Contábeis pois, é um assunto de uma possível inclusão nas grades curriculares das academias que oferecem o curso.

1.6 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Para melhor compreender os reflexos que essa evolução tecnológica trouxe à profissão contábil, esse estudo foi delimitado aos contadores associados ao SICONP de Pato Branco/PR, com envio de questionários aos mesmos entre 06 a 31 de Julho de 2015.

1.7 ESTRUTURA DA PESQUISA

A pesquisa está estruturada em cinco capítulos onde, no primeiro capítulo é apresentado a introdução, o segundo capítulo traz a fundamentação teórica, no terceiro capítulo descreve-se a metodologia da pesquisa, apresentando: enquadramento metodológico e procedimentos para coleta e análise dos dados. No quarto capítulo apresenta-se os resultados e discussão. Por fim, no quinto capítulo apresenta-se as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para a construção desta pesquisa é fundamental esclarecer alguns conceitos e assim tornar mais fácil a compreensão da mesma. Sendo assim, foram abordados alguns eixos que conduzem a pesquisa: (i) a Contabilidade e a Tecnologia da Informação; (ii) histórico do processo de informatização da RFB; (iii) Sistema Público De Escrituração Digital – SPED e alguns de seus projetos; (iv) formas de tributação nas empresas brasileiras e (v) pesquisas anteriores.

2.1 A CONTABILIDADE E A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A contabilidade está em constante evolução tecnológica. Atualmente passa por um processo de modernização e com isso surge a necessidade de uniformizar e padronizar as informações geradas para que elas se tornem mais precisas e com melhor qualidade (BITENCOURT, 2013).

Essa evolução tecnológica tornou a contabilidade mais ágil e dinâmica e as empresas que a adotaram se beneficiam obtendo bons resultados. Houve mudanças na forma de como estas empresas estão estruturadas, operam, comercializam e inter-relacionam com as outras (PIRES, 2010).

Oliveira (2003) afirma que os benefícios da contabilidade informatizada estão no aumento da produtividade, melhoria na qualidade dos serviços, mais estímulo para os profissionais da área, facilidade para leitura prévia dos relatórios, atendimento às exigências dos órgãos quanto ao cumprimento de prazos, facilidade ao acesso às informações da empresa, mais segurança das informações, menos espaço físico nos ambientes de trabalho.

A tecnologia afetou a sociedade como um todo e em se tratando do sistema tributário nacional, os profissionais contábeis devem estar preparados para aplicar a fiscalização com bastante eficácia, em se tratando de possíveis fraudes e sonegação fiscal cometidas pelas empresas trazendo prejuízo ao Fisco (MORETTI, 2012).

Ilarino (2010, p. 6) ainda afirma que “a Contabilidade e a Tecnologia de Informação, mais precisamente os sistemas integrados, estão interligados, sendo um

objeto facilitador dos trabalhos contábeis, atuando com rapidez e segurança nos processos”.

Para Carvalho (2009), o fato da Contabilidade utilizar-se da Tecnologia da Informação, foram dadas novas características às transações e análises econômicas e financeiras das empresas. Utilizando-se de documentos eletrônicos, a Contabilidade oferece mais rapidez e agilidade nas informações.

Assim, o governo também se beneficia desses avanços da Tecnologia da Informação e busca inovações para manter o controle sobre as declarações efetuadas pelo contribuinte, criando, assim, projetos pela Receita Federal do Brasil que colaboram para uma fiscalização mais eficaz (CARVALHO, 2015).

2.2 HISTÓRICO DO PROCESSO DE INFORMATIZAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A Receita Federal do Brasil disponibiliza informações e serviços na internet desde 1995. Essa inclusão vem facilitando ao contribuinte e ao Estado redução de tempo e custos. Essa é uma das características da Receita Federal: promoção de ações para melhorar o atendimento ao cidadão (RECEITA, 2015f).

O sítio da Receita Federal do Brasil além de criar facilidades de atendimento aos contribuintes, tem incentivado a inclusão digital e promovido redução de custos de toda ordem, tanto para o Estado como para o cidadão (RECEITA, 2015f).

Na Figura 01 é possível observar como ocorreu a evolução dos serviços oferecidos pela Receita Federal do Brasil:

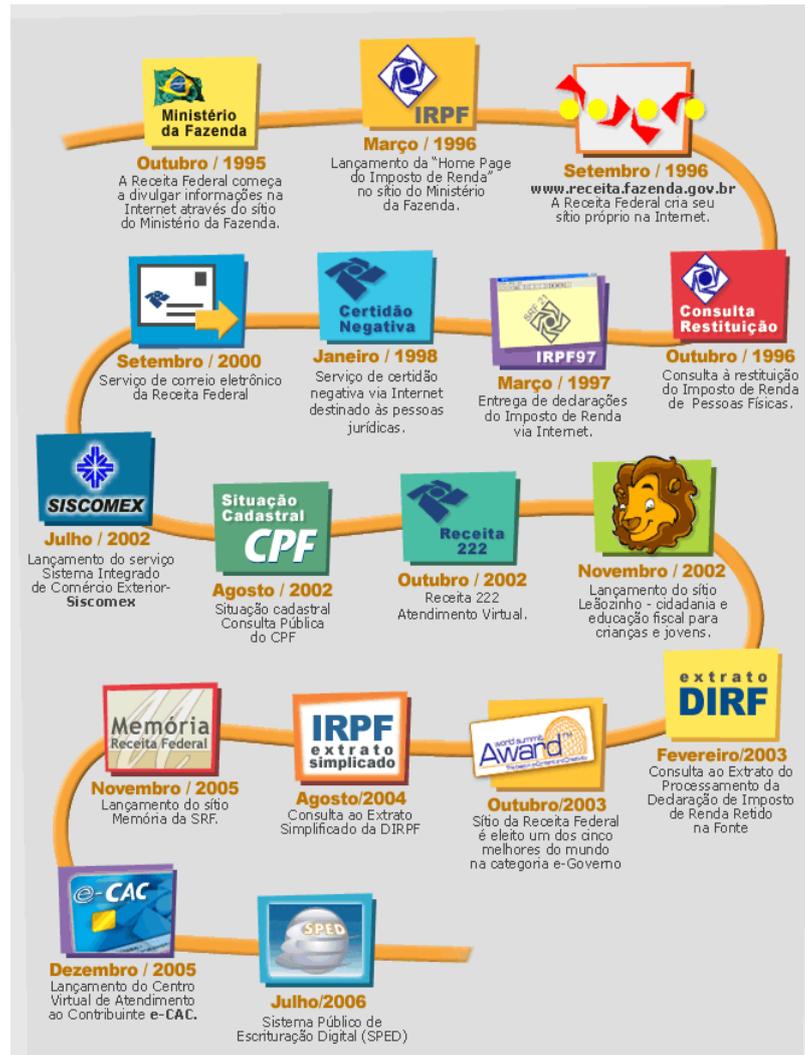


Figura 1: Linha do Tempo - 10 anos na internet
Fonte: Receita Federal do Brasil (2015)

Com base na Figura 1, é possível observar que a Receita Federal do Brasil, busca se adaptar ao processo de informatização desde outubro de 1995 e com o decorrer dos anos, vem se aperfeiçoando com intuito de adquirir maior eficiência na relação entre fisco e contribuinte, com a agilidade na troca de informações e acesso aos serviços ofertados, além de um menor custo.

Para iniciar a padronização entre as esferas federal, estadual e municipal, a Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, introduziu o inciso XXII ao artigo 37 a Constituição Federal, determinando que às Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atuem de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais (RECEITA, 2015f).

Essa Emenda representa a base para que o projeto SPED pudesse ser implantado no Brasil (RECEITA, 2015f).

2.3 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED

O projeto foi instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 e constitui-se em mais um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes (RECEITA, 2015c).

O SPED é uma solução tecnológica disponibilizada pela Receita Federal que moderniza a sistemática atual de cumprimento das obrigações acessórias que são transmitidas aos órgãos fiscalizadores. Utiliza-se da certificação digital para fins de assinaturas dos documentos eletrônicos, e assim garantem a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital (SASSO, 2011).

O SPED é instrumento que tem por objetivo unificar as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações (RECEITA, 2015g)

Inicialmente eram três subprojetos do SPED: a Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Atualmente, além desses três, o SPED também é composto por: EFD-PIS/COFINS, Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), Controle Fiscal e Contábil de Transição (FCONT), Conhecimento de Transporte Eletrônico(CT-e) e-LALUR e Central de Balanços (RECEITA, 2015e).

Duarte (2015), elaborou resumo dos projetos do SPED com o ano em que foram instituídos e número de empresas incluídas. Segundo o autor, a EFD-Contribuições é a mais complexa, devido ao prazo muito curto para um número equivalente a 1,5 milhão de empresas se adaptarem, conforme Figura 02:

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
ECD (SPED Contábil)			INSTITUÍDA		11 800	141 500	156 900			
EFD ICMS/IPI		INSTITUÍDA			30 000		159 000			1,5 mi
NF-e	INSTITUÍDA		500	2 500	15 000	445 000	700 000			
EFD-Contribuições						INSTITUÍDA		1,5 mi		
CT-e			INSTITUÍDO		MT		MA	NACIONAL		
FCONT					INSTITUÍDO	6 000	150 000			
e-LALUR					INSTITUÍDO				150 000	
EFD-Social									PREVISÃO	

Figura 2: Linha de obrigatoriedade do SPED
Fonte: Duarte (2015), com dados da RFB e SEFAZ

O processo de implantação do SPED está sendo gradativo e conforme consta na Figura 02, foi instituído em 2013 outro projeto do governo federal que unifica o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados chamado de EFD-Social, porém, não será abordado nesta pesquisa.

Na sequência aborda-se alguns dos subprojetos do SPED, conceituando seus objetivos e trazendo suas obrigatoriedades.

2.3.1 Escrituração Contábil Digital– ECD

A ECD é um dos subprojetos do SPED que tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela transmitida por arquivo, em versão digital. Instituída pela Instrução Normativa RFB nº 787 de 19 de novembro de 2007 e é o principal instrumento regulador da ECD que traz os seguintes livros abrangidos na escrituração digital:

- I - livro Diário e seus auxiliares, se houver;
- II - livro Razão e seus auxiliares, se houver;
- III - livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos. (RECEITA, 2015g)

A empresa, a partir de seu sistema de contabilidade, gera um arquivo digital no formato especificado no anexo único à Instrução Normativa que é disponível no menu Legislação (PIRES, 2010).

Segundo a Receita Federal do Brasil (2015g), devido às peculiaridades das diversas legislações que tratam da matéria, este arquivo pode ser tratado pelos

sinônimos: Livro Diário Digital, Escrituração Contábil Digital – ECD, ou Escrituração Contábil em forma eletrônica.

Segundo Souza (2013), pelo fato de cada empresa ter um plano de contas diferente, a Receita Federal criou um plano de contas referencial para que o usuário faça a relação de qual conta do seu plano reflete o plano de contas do SPED. Tal plano de contas está em anexo ao Ato Declaratório Executivo Cofins nº 33, de 6 de maio de 2013 que instituiu no seu art. 1º Manual de Orientação do Leiaute do SPED Contábil (ECD).

O Quadro 01 mostra o período da escrituração da ECD e os prazos para apresentação dos livros digitais:

Período da Escrituração	Prazo de Entrega
Situação normal	Último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração.
Situação especial ocorrida de janeiro a maio do ano da entrega da ECD para situações normais (extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação)	Último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração.
Situação especial de junho a dezembro do ano da entrega da ECD para situações normais (extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação)	Último dia útil do mês seguinte ao do evento.
Situação especial ocorrida de janeiro a dezembro de 2014 (extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação)	Último dia útil do mês de junho de 2015.

Quadro 1: Prazo para apresentação dos livros digitais da Escrituração Contábil Digital
Fonte: Receita Federal do Brasil (2015)

Segundo o art. 3º da Instrução Normativa RFB no 1.420/2013, estão obrigadas a adotar a ECD, em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014:

- I - As pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no lucro real;
- II - As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido, que distribuírem, a título de lucros, sem incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), parcela dos lucros ou dividendos superior ao valor da base de cálculo do Imposto, diminuída de todos os impostos e contribuições a que estiver sujeita; e
- III - As pessoas jurídicas imunes e isentas que, em relação aos fatos ocorridos no ano calendário, tenham sido obrigadas à apresentação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

IV – As Sociedades em Conta de Participação (SCP), como livros auxiliares do sócio ostensivo. (RECEITA, 2015g)

Portanto, ficam obrigadas as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real e demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real. Para as outras sociedades empresárias a ECD é facultativa (RECEITA, 2015g).

2.3.2 Escrituração Fiscal Digital ICMS/IPI

A Escrituração Fiscal Digital – EFD-ICMS/IPI é parte integrante do projeto SPED a que se refere o Decreto nº6.022, de 22 de janeiro de 2007 e busca promover a integração dos fiscos federais, estaduais, Distrito Federal e, futuramente, municipais, e dos Órgãos de Controle mediante a padronização, racionalização e compartilhamento das informações fiscais digitais, bem como integrar todo o processo relativo à escrituração fiscal, com a substituição do atual documentário em meio físico por documento eletrônico com validade jurídica para todos os fins (RECEITA, 2015h).

De acordo com Britz, Santana e Lunkes (2010), a EFD é um arquivo digital que contém as informações que devem ser repassadas pelo contribuinte ao fisco, para que este possa realizar a fiscalização do cumprimento das obrigações fiscais das empresas.

Para que os objetivos propostos fossem alcançados, houve uma união de esforços não só dos Órgãos de Fiscalização Tributária, mas de representantes privados de diversos segmentos econômico do País, atuando de forma decisiva na elaboração das especificações do projeto (RECEITA, 2015e).

A Secretaria da Receita Federal (SRF) e o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) definiram, no Convênio, os livros abarcados na EFD, sendo eles o Registro de: entradas, saídas, inventário, apuração do IPI e ICMS.

A EFD deve ser gerada na base de dados da empresa como um arquivo digital informando todos os documentos fiscais e outras informações de interesse dos fiscos federal e estadual, referentes ao período de apuração dos impostos ICMS e IPI (RECEITA, 2015h).

A obrigatoriedade da entrega foi estabelecida pelo Protocolo ICMS 03 de 1º de abril de 2011, onde fixou-se o prazo máximo para a obrigatoriedade da EFD ICMS/IPI dos contribuintes ainda não obrigados para de 1º de janeiro de 2014, excetuando-se contribuintes do Simples Nacional, cujo prazo máximo para obrigatoriedade foi estabelecido para 1º de janeiro de 2016, podendo ser antecipado a critério de cada estado (RECEITA, 2015a).

De acordo com a Receita Federal do Brasil (2015i), a entrega é mensal. A obrigatoriedade da EFD-ICMS/IPI encontra-se na legislação da receita.

2.3.3 Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições

A EFD-Contribuições foi criada para unificar, racionalizar, agilizar o processo creditório do PIS e da COFINS, tendo como objetivo estruturar uma escrituração que não era feita adequadamente pelas empresas. Foi instituída por meio da Instrução Normativa RFB nº 1.052/2010 a Escrituração Fiscal Digital – PIS/COFINS, revogada pela IN RFB 1.252/2012.

Conforme a Receita Federal do Brasil (2015c), a pessoa jurídica deverá gerar um arquivo digital de acordo com leiaute estabelecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, informando todos os documentos fiscais e demais operações com repercussão no campo de incidência das contribuições sociais e dos créditos da não-cumulatividade, bem como da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, referentes a cada período de apuração das respectivas contribuições.

Embora a EFD – Contribuições tenha características parecidas com a EFD ICMS/IPI e ECD, sua abrangência trata das contribuições PIS e COFINS e também contempla a escrituração digital da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.

Segundo a Receita Federal do Brasil (2015b), conforme Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 2012, estão obrigadas a entrega da EFD-Contribuições para o PIS/Pasep e à Cofins pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real, quando ocorrido o fato gerador a partir de 1º de janeiro de 2012; pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Presumido ou Arbitrado, quando ocorrido o fato gerador em 1º de janeiro de 2013; pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718,

de 27 de novembro de 1998, e na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, quando ocorrido o fato gerador em 1º de janeiro de 2014.

Sua transmissão é mensalmente ao SPED até o 10º dia útil do 2º mês subsequente ao que se refira a escrituração, inclusive nos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial (RECEITA, 2015b).

2.3.4 Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)

Para atender o disposto da Emenda Constitucional nº 42, Inciso XXII, art. 37, nos dias 15 a 17 de julho de 2004, em Salvador, foi realizado o 1º Encontro Nacional de Administradores Tributários (ENAT), reunindo os titulares das administrações tributárias federal, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios de capitais. O objetivo desse encontro era buscar soluções conjuntas que melhorassem a padronização e qualidade das informações nos cruzamentos de dados entre o contribuinte e o fisco. Foram aprovados dois protocolos: Projeto de Cadastro Simplificado e Nota Fiscal Eletrônica (FAZENDA, 2015 a).

No II ENAT, em 2005, foi assinado o Protocolo ENAT 03/2005 pelos Secretários de Fazenda dos Estados e DF, o Secretário da Receita Federal e os representantes das Secretarias de Finanças dos municípios das Capitais e a partir de novembro de 2005 a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) passou a integrar o projeto (FAZENDA, 2015b).

Segundo Pereira (2008), o projeto foi instituído pela necessidade de investimento público voltado para a redução da burocracia do comércio e dificuldades administrativas enfrentados pelos empresários, exigindo a modernização das administrações tributária nas três esferas de governo. Traz benefícios para a sociedade, contabilistas e fisco.

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) auxilia as Secretarias de Fazenda a monitorar todas as etapas de circulação do documento eletrônico, sendo que o uso dos documentos digitais proporciona maior agilidade no processo de fiscalização. É gerado um arquivo eletrônico contendo as informações fiscais da operação comercial, o qual deverá ser assinado digitalmente, de maneira a garantir a integridade dos dados e a autoria do emissor e transmitido pela Internet para a Secretaria da Fazenda de

jurisdição do contribuinte que fará uma pré-validação do arquivo e devolverá um protocolo de recebimento (Autorização de Uso), sem o qual não poderá haver o trânsito da mercadoria (MINISTÉRIO, 2015).

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) tem validade em todos os estados da Federação e já é uma realidade na legislação brasileira desde outubro de 2005, com a aprovação do Ajuste SINIEF 07/05 que instituiu nacionalmente a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE (RECEITA, 2015j).

A obrigatoriedade de emissão de NF-e, em âmbito Nacional, está prevista para os contribuintes elencados nos seguintes dispositivos legais:

Protocolo ICMS 10/07 e suas alterações, para os anos de 2008 e 2009;

Protocolo ICMS 42/09 e suas alterações, para o ano de 2010 em diante.

A obrigatoriedade por atividade econômica (CNAE) se aplica a todas as operações efetuadas em todos os estabelecimentos dos contribuintes referidos nos Protocolos de ICMS citados acima, ficando vedada a emissão de nota fiscal, modelo 1 ou 1-A. (FAZENDA, 2015)

No Protocolo ICMS 42/09 está prevista a obrigatoriedade para emissão de NF-e, aos contribuintes que, independente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente e de comércio exterior (FAZENDA, 2015a).

2.3.5 Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)

Projeto desenvolvido de forma integrada pela Receita Federal do Brasil e Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), que atende ao Protocolo de Cooperação ENAT nº 2, de 07 de dezembro de 2007, que atribuiu a coordenação e a responsabilidade pelo desenvolvimento e implantação do Projeto da NFS-e (RECEITA,2015l).

A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) é um documento fiscal que foi criado para viabilizar a comunicação entre o prestador de serviços e a prefeitura do município. Esse documento é gerado e armazenado eletronicamente em Ambiente Nacional pela Receita Federal do Brasil, prefeituras ou outras entidades conveniadas para documentar as operações de prestação de serviços, com objetivo de melhorar a qualidade nas trocas de informações entre contribuintes e municípios, aumentando o controle da arrecadação do ISS e aumentando a fiscalização para os municípios e, para o contribuinte, diminuindo os custos aumentando a eficácia (RECEITA, 2015l).

2.3.6 Controle Fiscal e Contábil de Transição (FCONT)

O FCONT é uma escrituração das contas patrimoniais e de resultado em partidas dobradas, que considera os métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007. Surgiu através da Instrução Normativa RFB nº 949, de 16 de junho de 2009, que além de instituir o FCONT, regulamenta o Regime Tributário de Transição - RTT (RECEITA, 2015m).

A Figura 3 mostra graficamente a forma de contabilização dos lançamentos pela antiga e nova legislação.

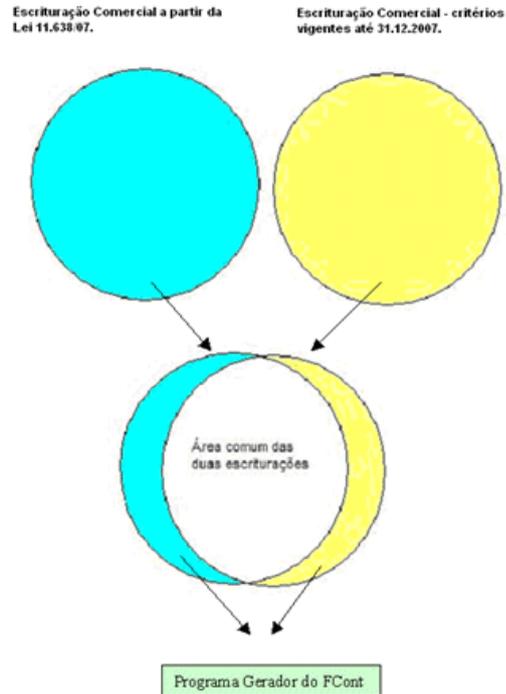


Figura 3: Mecânica de funcionamento FCONT
Fonte: Receita Federal do Brasil, 2015

Com base na Receita Federal do Brasil (2015n), os lançamentos a serem informados no Programa Validador e Assinador de entrada de dados do FCONT são os lançamentos que existem na escrituração comercial, mas que devem ser expurgados para remover os reflexos das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pelos arts. 37 e 38 da Lei nº 11.941, de 2009, que modifiquem o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na escrituração contábil, para apuração do lucro líquido do exercício definido no art. 191 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Quanto a obrigatoriedade, segundo a Receita Federal do Brasil (2015):

Art. 6º: Até o ano-calendário de 2014, permanece a obrigatoriedade de entrega das informações necessárias para gerar o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) de que tratam os arts. 7º e 8º da Instrução Normativa RFB nº 949, de 16 de junho de 2009, por meio do Programa Validador e Assinador da Entrada de Dados para o Controle Fiscal Contábil de Transição, conforme disposto na Instrução Normativa RFB nº 967, de 15 de outubro de 2009, para as pessoas jurídicas sujeitas ao RTT (RECEITA, 2015m)

Assim, conclui-se que as pessoas jurídicas que só irão aplicar a Lei nº 12.973/2014 em 2015, entregam o FCont relativo ao ano calendário de 2014. Porém,

se optarem pelo fim do Regime Tributário de Transição (RTT) em 2014, deverão entregar a ECF relativa a esse ano calendário.

2.4 FORMAS DE TRIBUTAÇÃO NAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Tanto pessoas físicas como jurídicas estão sujeitas a um determinado sistema de tributação. No Brasil, conforme o Código Tributário Nacional (CTN, 1966), a cobrança desses tributos são realizadas pela União, Estados e Municípios. Essa arrecadação fiscal gera benefícios para a sociedade (SILVA, 2012).

Os regimes tributários são escolhidos pelas empresas de acordo com suas atividades empresariais e seu faturamento anual. É através deles que os empresários recolhem seus tributos (SILVA, 2014).

A arrecadação fiscal tornou-se uma dependência, pois favorece no financiamento dos gastos públicos e ajuda a promover benefícios sociais. Para Tanzi (2002), essa dependência de arrecadação tem provocado um aumento constante da carga tributária para as empresas e para os indivíduos, assim, alguns países, entre eles o Brasil, passam a conviver com o problema da sonegação fiscal.

Conforme o Guia Tributário (2015), existem atualmente três tipos de regimes tributários: Lucro Presumido, Lucro Real e Simples Nacional.

Segundo o Portal Tributário (2015), o Lucro Presumido é a forma de tributação simplificada do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL). A sistemática de tributação pelo Lucro Presumido é regulamentada pelos artigos 516 a 528 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 3.000/1999). O primeiro requisito é não estar obrigada ao regime de tributação pelo Lucro Real.

Lucro Real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pelo Regulamento (Decreto-lei 1.598/1977, artigo 6o). Estão obrigadas à apuração do Lucro Real as pessoas cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, seja superior a R\$ 48.000.000,00 ou a R\$ 4.000.000,00 multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 meses (a partir de 1999). (PORTAL, 2015c).

O imposto será determinado com base no lucro real por períodos de apuração trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário. O contribuinte tem a opção de apurar anualmente o imposto devido, devendo, entretanto, recolher mensalmente o imposto por estimativa. A tributação Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) - Lucro Real, se dá mediante a apuração contábil dos resultados, com os ajustes determinados pela legislação fiscal. (PORTAL, 2015c).

O Simples Nacional é definido pela Receita Federal do Brasil (RFB) da seguinte forma:

[...] é um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, aplicável às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte, a partir de 01.07.2007.

O art. 12 da referida Lei Complementar define o Simples Nacional como um Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. (RECEITA, 2015a).

Segundo a Receita Federal do Brasil (2015a) compete regulamentar o Simples Nacional as Microempresas e Empresas de pequeno Porte.

“A Lei Complementar nº 123, de 2006 estabelece normas gerais relativas às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” (RECEITA, 2015a)

Considera-se EPP, para efeito da Lei Complementar nº 123, de 2006, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário que auferirem, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) (RECEITA, 2015a).

Segundo o Guia Tributário (2015) na tributação pelo Simples Nacional, há normas simplificadas no cálculo e recolhimento de tributos (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI, Contribuições Previdenciárias, alcançando também o ICMS e o ISS) das MEs e EPP.

No que se refere a obrigatoriedade, o sítio da Receita Federal do Brasil traz que “de acordo com normas do CONFAZ, estão obrigadas a emissão de NF-e as ME e EPP que se enquadrem nos critérios estabelecidos pelos Protocolos ICMS de nº 10/2007 e 42/2009, bem como suas alterações”. Ainda consta que “nos municípios

em que for instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), a ME ou a EPP deverá observar o tratamento conferido aos optantes pelo Simples Nacional pela legislação correlata de cada um deles” (RECEITA, 2015n).

Ainda relacionado a obrigatoriedade, no que se refere a cumprir as obrigações principais e acessórias por meio de certificação digital das ME e EPP optantes pelo Simples Nacional, a Receita Federal do Brasil (RFB) traz o seguinte:

A ME ou EPP optante pelo Simples Nacional não estará obrigada ao uso de certificação digital para cumprimento de obrigações principais ou acessórias, exceto nas seguintes hipóteses:

entrega da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, bem como o recolhimento do FGTS, quando o número de empregados for superior a dez;

emissão da Nota Fiscal Eletrônica, quando a obrigatoriedade estiver prevista em norma do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) ou na legislação municipal. (RECEITA, 2015n).

Segundo SILVA (2012, p.25) por possuir características tributárias específicas, um número elevado de tributos, legislações tributárias das mais complexas do mundo e muitas obrigações acessórias, o Brasil tem encontrado dificuldade para fazer com que as empresas paguem os tributos de forma correta. Porém, o SPED, por ser eletrônico e facilitar o trânsito de informações, pode ser uma ferramenta eficiente para reduzir a sonegação e aumentar a receita fiscal.

2.5 PESQUISAS ANTERIORES

Após apresentar as principais informações sobre o SPED e seus subprojetos, buscou-se pesquisas anteriores sobre o tema com vistas a identificar os objetivos e principais resultados. Foram abordadas 9 pesquisas realizadas entre os anos de 2008 a 2014.

Francisco (2008), através de uma análise bibliográfica e documental juntamente com entrevistas aos membros da presidência do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRC-SC), ao abordar os impactos da implantação

do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na gestão das Micro e Pequenas Empresas, concluiu que a implantação do SPED resultou na necessidade de utilização de sistemas de informação gerencial em ME e em EPP, visto um dos princípios do SPED é a transmissão informatizada. O SPED deve ser apresentado e compreendido por toda a sociedade, pelo fato de combater à sonegação e informalidade.

Na pesquisa de Pires (2010), ao investigar a percepção dos profissionais do município de Florianópolis que atuam na área contábil com relação à implantação do Sistema Público de Escrituração Digital, observou que às principais dificuldades com a implantação do SPED foi na preparação do pessoal, seguida pelo custo financeiro e as mudanças na estrutura da empresa.

Observou ainda certa insegurança por parte dos profissionais, quanto à correta aplicação dos procedimentos estabelecidos na legislação, em função das inúmeras exigências que o SPED traz. As modificações são inúmeras, exigindo cada dia mais dos profissionais contábeis, porém, aqueles profissionais que estão se adequando às novas exigências e que possuem domínio do assunto, estão visivelmente sendo mais valorizados.

Bezerra (2010), analisou os impactos sobre o profissional de contabilidade com implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e chegou a conclusão que o profissional contábil tem sido objeto de uma capacitação multidisciplinar, agregando ao seu conhecimento contábil outros conhecimentos, dando maior rapidez e qualidade ao serviço prestado.

Com o SPED, houve benefícios ao meio ambiente devido à redução de papel e aumento no uso consciente de recursos naturais. Há necessidade das empresas ampliarem seus investimentos na área tecnológica informatizando todo o seu sistema contábil, estruturando uma rede de comunicação, com segurança e eficiência.

Wessling (2011) concluiu em sua pesquisa que os impactos e contribuições que o SPED trará à gestão das informações contábeis e gerenciais tem por mais relevantes: enriquecimento do trabalho do contabilista, contribuição para a melhoria dos serviços contábeis e fiscais e paulatinamente a modernização no sistema de cumprimento de obrigações acessórias.

Há também a facilidade de fazer um planejamento tributário com a NF-e e a possibilidade de o contador apurar o imposto semanalmente, visto que é um documento online. Também foi constatado que com aumento da agilidade das informações corretas e a confiança nas informações transmitidas ao profissional

contábil, desta forma diminuirá o tempo utilizado, de muitos contadores, com processos operacionais, dedicando mais seu tempo com trabalhos de cunho mais gerencial, redução de custos, aumento da facilidade de se fazer um planejamento logístico.

Oliveira (2011), buscou identificar os procedimentos que devem ser adotados pelas empresas como parte do processo de adequação às condições de implantação do SPED. Em um estudo de caso num supermercado tributado pelo Lucro Real, detectou que houve dificuldades ao implantar o SPED devido falta de conhecimento do projeto e sua legislação, falta de um sistema de controle interno e falta de capacitação dos profissionais. Segundo o sócio da empresa pesquisada, somente um ano após sua obrigatoriedade foi conseguido enviar o primeiro arquivo da Escrituração Fiscal, por isso a necessidade de antecedência de preparação.

Moretti (2012) abordou em sua pesquisa a implantação do Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital SPED FISCAL com enfoque nas transportadoras, tendo como objetivo explorar e analisar esses impactos na gestão dessas empresas. Observou que houve dificuldades na implantação e transmissão do SPED Fiscal Digital, devido falta de ampliação em qualificação profissional e investimento em modernização. Concluiu também que muitos gestores e profissionais da área contábil ainda resistem a essas mudanças.

Wilpert (2012), ao pesquisar a percepção dos contabilistas das cooperativas de crédito de Santa Catarina sobre o SPED, concluiu que o projeto trouxe reflexos positivos para toda a sociedade. Foi detectado dificuldades por parte dos contabilistas de interpretação da legislação pertinente aos prazos de entrega dos subprojetos do SPED no contexto das sociedades cooperativas. Concluiu também que a percepção sobre o SPED foi positiva devido a maior valorização profissional e eficiência na gestão sistêmica e integrada das entidades.

Souza (2013) buscou em sua pesquisa, os reflexos que as organizações contábeis da região da AMREC sofreram para entrega das obrigações acessórias dos seus clientes, após a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital. O resultado da pesquisa demonstrou a importância da atualização no conhecimento por parte dos profissionais da área contábil e investimento na capacitação profissional dos colaboradores que irão atuar com o SPED.

Silva (2014), ao analisar a percepção dos profissionais da contabilidade acerca do advento do Sistema Público de Escrituração Digital – Fiscal para empresas

enquadradas no Simples Nacional, e pode concluir que há uma estimativa para janeiro de 2016 no aumento da carga de trabalho para o profissional contábil e com isso aumentando de custos com honorários para a empresa devido à obrigatoriedade do SPED para os contribuintes do ICMS, inclusive para empresas enquadradas no Simples Nacional.

Analisando as pesquisas anteriores, é possível observar que tratam do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e, embora realizadas em estados e períodos diferentes, possuem certa similaridade em suas conclusões destacando-se a insegurança por parte dos profissionais quanto à correta aplicação dos procedimentos estabelecidos na legislação, necessidade de utilização de sistemas de informação gerencial e modernização no sistema de cumprimento de obrigações acessórias, falta de ampliação em qualificação profissional, porém, a maioria destaca que com a implantação do SPED houve enriquecimento do trabalho do contabilista contribuindo para a melhoria dos serviços contábeis e fiscais trazendo uma maior valorização profissional.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo busca-se apresentar a metodologia da pesquisa, o qual foi dividido em: (i) enquadramento metodológico; (ii) procedimentos para revisão de literatura (iii) população e a amostra do estudo; e, (iv) procedimentos para coleta e análise de conteúdo.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

O estudo está enquadrado na seguinte classificação: natureza do objetivo, natureza do trabalho, coleta de dados, instrumento de pesquisa e abordagem do problema. O organograma da Figura 4 descreve as características que orientarão as etapas da pesquisa.

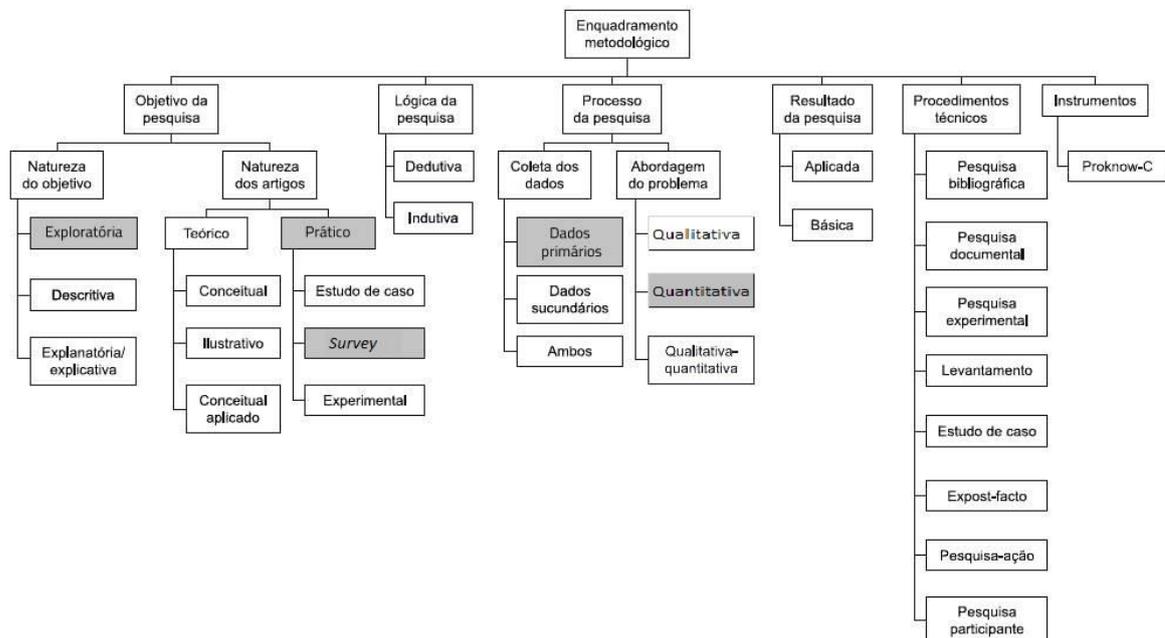


Figura 4: Enquadramento Metodológico adotado pela presente pesquisa. Adaptado de Petri (2006)

A princípio foram utilizados procedimentos técnicos de pesquisa com uma revisão bibliográfica visando relacionar artigos científicos que pudessem contribuir para o embasamento teórico e determinar a linha a ser seguida.

No que se refere a natureza do objetivo, é caracterizada como exploratória. Para Koche (1997), essa natureza tem por objetivo desencadear um processo de investigação que identifique a natureza do fenômeno e aponte as características essenciais de variáveis que se quer estudar.

Quanto a natureza do trabalho, caracteriza-se como prática. O trabalho prático lida com um problema cuja solução já faz parte de sua formulação. Ir ao encontro de dados e informações que permitam que ele consiga fundamentar a resposta dada pela sua necessidade primeira.

No que se refere ao procedimento adotado para esta pesquisa científica, enquadra-se o método de levantamento ou *survey*, tendo em vista que a pesquisa se desenvolve por intermédio de questionários abertos e fechados aplicados junto aos contadores associados ao SICONP da cidade de Pato Branco – PR.

Para Gil (1999), pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.

Gil (2002), afirma que os instrumentos de coleta de dados mais utilizados são: entrevista, questionário e roteiro de observação. O pesquisador, ao fazer a seleção do instrumento deve considerar o procedimento de pesquisa a ser aplicado, a quantidade de sujeitos a serem estudados, bem como o nível de informações que deseja obter.

A pesquisa do tipo *survey* é um dos 14 tipos de pesquisa descritos por Figueiredo (2004) e definido em Bryman (1989) como sendo uma coleção de dados em um número de unidades e geralmente em uma única conjuntura de tempo, com uma visão para coletar sistematicamente um conjunto de dados quantificáveis no que diz respeito a um número de variáveis que são então examinadas para discernir padrões de associação

Quanto a fonte de coleta de dados, se caracteriza em natureza primária, já que as informações serão obtidas diretamente em campo. Beuren (2003, p. 134) diz que a natureza primária “trabalha com informações que não receberam tratamento analítico”. Com isso, como instrumento de pesquisa, optou-se pelo questionário.

Quanto à abordagem adotada para o problema apontado por este trabalho, o procedimento aplicado foi levantamento ao *survey* com abordagem quantitativa.

Com relação à abordagem quantitativa, conforme Pinheiro (2010, p. 20) “A pesquisa quantitativa é a escolha da abordagem de quantificação da coleta de informações, do tratamento dos dados e do seu uso estatístico nas análises”.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para delinear a pesquisa é muito importante identificar quem se pretende investigar. Visando atender ao objetivo da pesquisa, a população utilizada foram os contadores associados ao SICONP da cidade de Pato Branco, sendo esta formada por 38 contabilistas associados.

Quanto a amostra, esta ficou composta por 18 contadores que responderam efetivamente através de endereço eletrônico ou entrega do questionário pessoalmente. Assim, a taxa das respostas alcançadas foi de 47,37%.

A ferramenta de coleta foi o questionário direcionando perguntas de ambos os aspectos, uma aberta e as demais fechadas, totalizando 20 questões, onde o participante pode dar suas respostas livremente e escolher uma em várias, dentro de um espaço delimitado. Todas as partes do questionário foi adaptado com base na pesquisa anterior de Pires (2010) e de Souza (2013).

Como pode ser verificado no Apêndice A, a estrutura do questionário foi dividida em cinco partes sendo: a primeira parte com cinco perguntas referentes ao perfil do respondente; a segunda parte com quatro perguntas referindo-se a caracterização da atividade contábil; a terceira parte com duas perguntas sobre o processo de implantação do SPED; a quarta parte com seis questões sobre as rotinas posteriores a implantação do SPED e a quinta parte com três questões sobre a repercussão do SPED.

O próximo passo é a análise dos dados. As respostas obtidas foram analisadas e apresentadas por gráficos e tabelas demonstrando os percentuais obtidos, visando responder aos objetivos da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, serão apresentados os dados resultantes do questionário aplicado aos contadores bem como a análise desses dados.

O capítulo está organizado em cinco seções, condizentes com a composição do questionário aplicado, sendo: (i) o perfil do respondente; (ii) caracterização da atividade contábil; (iii) processo de implantação do SPED; (iv) rotinas posteriores a implantação do SPED e (v) repercussão do SPED.

4.1 PERFIL DO RESPONDENTE

Com vistas a caracterizar o perfil dos contadores respondentes da pesquisa, nessa seção buscou-se, por meio de cinco questões, identificar os dados referente ao gênero, faixa etária, formação, área de atuação e tempo de experiência na área contábil.

Foram utilizados, para a tabulação dos dados, os questionários respondidos pelos 18 contadores dos 38 associados ao SICONP.

Dessa forma, primeiramente buscou-se delimitar o profissional respondente por gênero predominando gênero masculino com 72% (13), da participação enquanto o feminino participa com 28% (5).

O Gráfico 1 refere-se a segunda questão do questionário. Ao buscar a informação da a faixa etária do profissional respondente, procurou-se saber se o mesmo que atua no processo do SPED é na maioria profissional jovem, de idade intermediária ou com idade mais avançada.

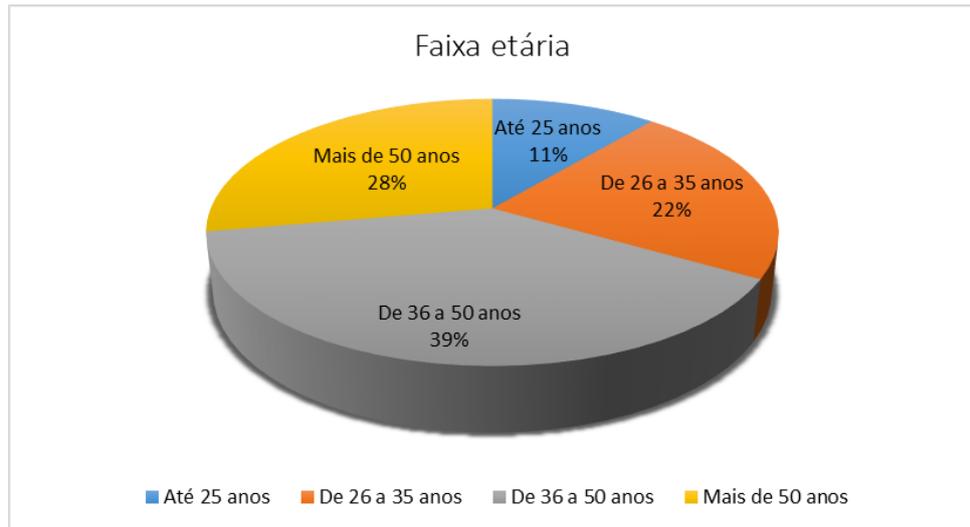


Gráfico 1: Faixa Etária
Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se no Gráfico 2 que a maioria dos profissionais respondentes, 39% dos participantes (7), encontram-se na idade intermediária de 36 a 50 anos e mais de 50 anos vem em seguida com 28% dos participantes (5). Dos que apresentam idade até 35 anos, 28% (4), correspondem ao gênero feminino.

O Gráfico 2 refere-se a terceira questão da primeira parte do questionário que caracteriza o perfil do profissional respondente. Nessa questão buscou conhecer o maior nível de formação do profissional que atua com os projetos do SPED.

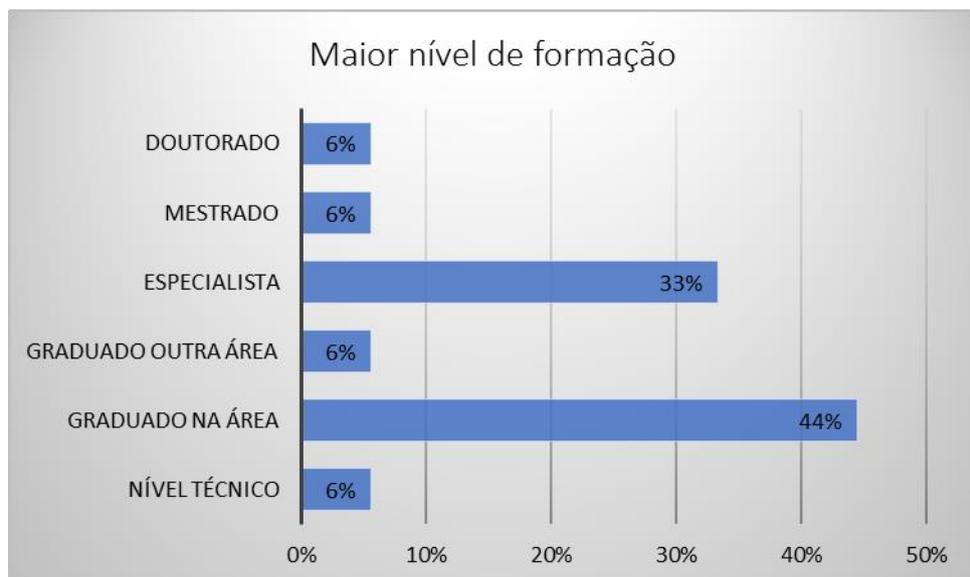


Gráfico 2: Maior nível de formação
Fonte: Dados da pesquisa

Ao observar o Gráfico 2, verifica-se que 44% dos profissionais respondentes (8) possuem como maior nível de formação a graduação na área contábil. Apenas um respondente é graduado em outra área que seria Tecnologia da Informação, porém, possui nível técnico em Contabilidade.

Em seguida, com 33% dos respondentes (6), tem-se os profissionais que possuem especialização como maior nível de formação. Dos que especificaram, em três casos são de especialização em Gestão Contábil e Financeira e um caso de especialização em Contabilidade com ênfase em Auditoria. Presume-se que a predominância da primeira especialização seria pelo fato da UTFPR câmpus de Pato Branco/PR oferecer tal especialização. Finalmente, com maiores níveis de formação, encontra-se um respondente com mestrado e um com doutorado.

Juntamente com as demais variáveis que compõem o perfil do respondente, no Gráfico 3 será apresentado a área de atuação dos profissionais. Essa questão refere-se a quarta questão da primeira parte do questionário e tem o intuito de avaliar a proximidade e experiência do profissional ao processo do SPED.

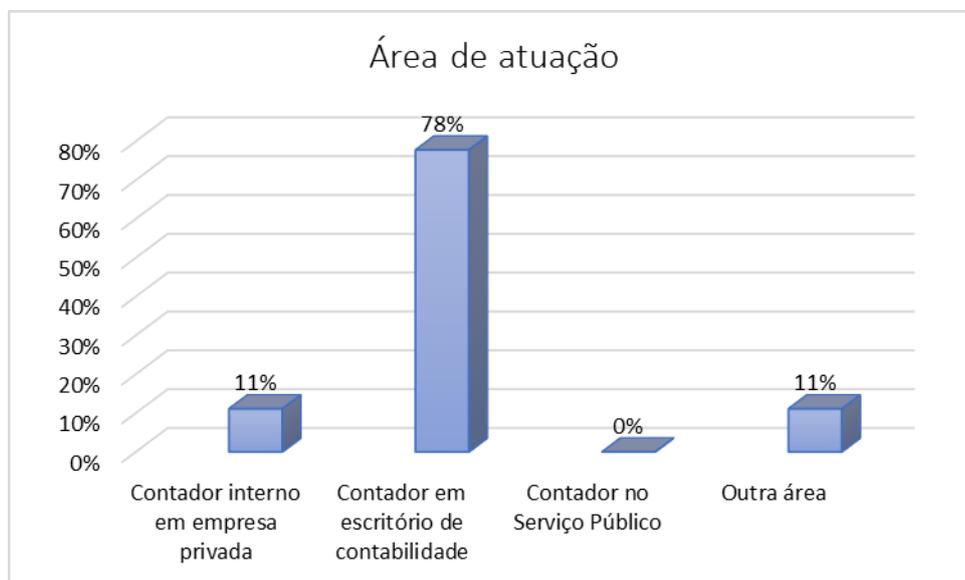


Gráfico 3: Área de atuação do profissional
Fonte: Dados da pesquisa

Conforme o Gráfico 3, nota-se que 78% dos profissionais respondentes (14), atuam como contadores em escritório de contabilidade. Apenas 11% dos respondentes (2) atuam em empresas privadas e 11% (2) em outras áreas que seriam Gestão e Consultoria.

O tempo de atuação na área também foi pesquisado para analisar a experiência dos profissionais no mercado contábil, conforme Gráfico 4. Essa questão é a última da primeira parte do questionário, finalizando a seção que caracteriza o perfil do profissional contábil respondente.

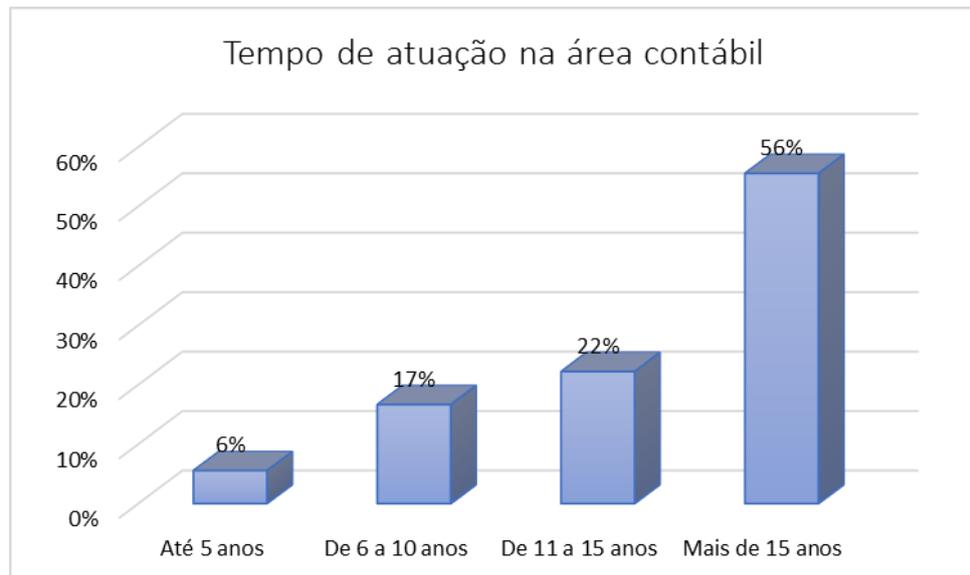


Gráfico 4: Tempo de atuação na área contábil
Fonte: Dados da pesquisa

Observando o Gráfico 4, verifica-se que de 56% dos respondentes (10), atuam na área contábil a mais de 15 anos, o que evidencia que esses profissionais já vivenciaram constantes mudanças e atualizações na profissão.

Destaca-se que nas pesquisas anteriores referentes ao tema proposto, observou-se que, na pesquisa de Pires (2010), o gênero que mais se destacou foi do sexo masculino com 63,34%, com faixa etária entre 25 anos e 35 anos e que grande parte dos respondentes, 94,45%, possui graduação, destes, 31,82% são especialistas e 9,09% possuem mestrado. Na pesquisa não questionou-se o tempo de atuação.

Na pesquisa de Souza (2013), também prevalece o gênero masculino com 56%, sendo a maioria com 35% na faixa etária até 25 anos. Quanto ao nível de formação, 81% possui graduação, destes, 56,82% possuem pós-graduação. São maioria, com 41%, os profissionais que atuam até 10 anos.

Dessa forma, foi possível traçar um perfil aos profissionais da área contábil referente a amostra de 18 contadores associados ao SICONP de Pato Branco/PR. Comparando com as pesquisas anteriores, nota-se que maioria dos respondentes

também são do gênero masculino, porém, há uma divergência na faixa etária, pois na presente pesquisa o que prevalece, com 39%, são profissionais (7) com idade mais avançada entre 36 anos a 50 anos, sendo que 44% (8) possuem como maior nível de formação a graduação na área contábil e destes, 33% (6) com especialização predominando a área de Gestão Financeira e Orçamentária. No que se refere a área de atuação, 78% dos respondentes (14) atuam como contadores em escritório de contabilidade a mais de 15 anos.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE CONTÁBIL

Nessa seção buscou-se caracterizar a atividade contábil por meio de quatro questões que se referem a: (i) quantidade de empresas que o respondente é responsável pela contabilidade; (ii) quantidade de pessoas que trabalham junto com o profissional respondente nas atividades da contabilidade; (iii) o regime de tributação das empresas em que são responsáveis e (iv) obrigatoriedade dessas empresas em relação aos projetos do SPED.

Com vistas a caracterizar a atividade contábil, o Gráfico 5 mostra o resultado da quantidade de empresas em que os profissionais respondentes são responsáveis pela contabilidade.



Gráfico 5: Quantidade de empresas sob responsabilidade
Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se no Gráfico 5 que 56% dos respondentes (10), possuem sob sua responsabilidade de 0 a 30 empresas, porém, esse número chega até 155, onde 11% dos respondentes (2) afirmam ser responsáveis pela contabilidade de mais de 121 empresas

O Gráfico 6 traz o número de pessoas envolvidas nas atividades contábeis.

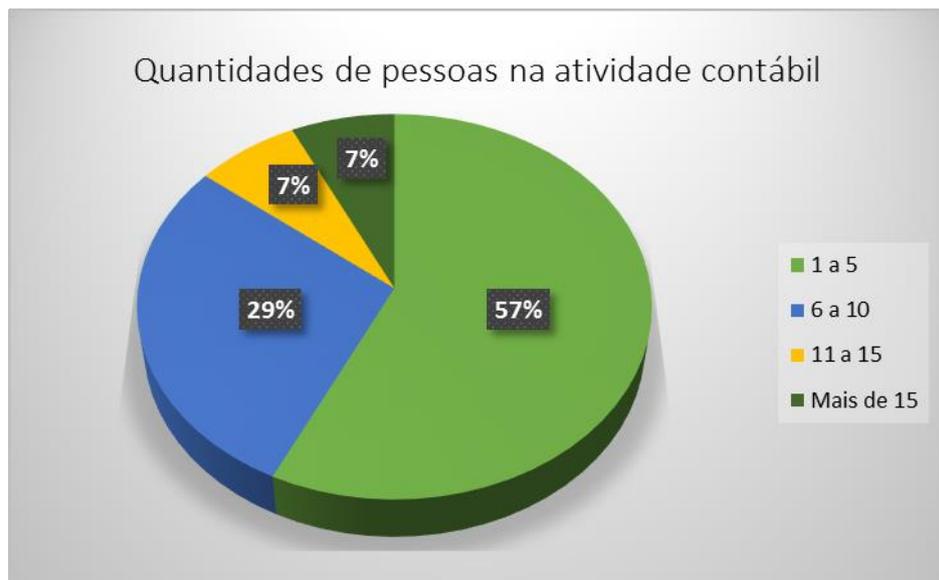


Gráfico 6: Quantidade de pessoas na atividade contábil
Fonte: Dados da pesquisa

Conforme o resultado do Gráfico 6, vemos que 57% dos escritórios (8) onde os profissionais respondentes atuam, possuem até 5 pessoas que auxiliam nas atividades contábeis, em especial nos processos do SPED em que a empresa está obrigada.

Ao analisar a quantidade de pessoas que auxiliam na atividade contábil com o número de empresas em que o profissional é responsável pela contabilidade, os respondentes que indicaram que atendem até 30 empresas contam com uma quantidade de 1 a 5 pessoas auxiliando. Respondentes responsáveis por até 95 empresas contam com apoio de 6 a 10 pessoas e acima de 95 empresas contam com até mais de 15 pessoas na contabilidade.

No Gráfico 7 será tratado do regime de tributação das empresas e adiante será analisado a obrigatoriedade do SPED que cabe a cada uma delas.

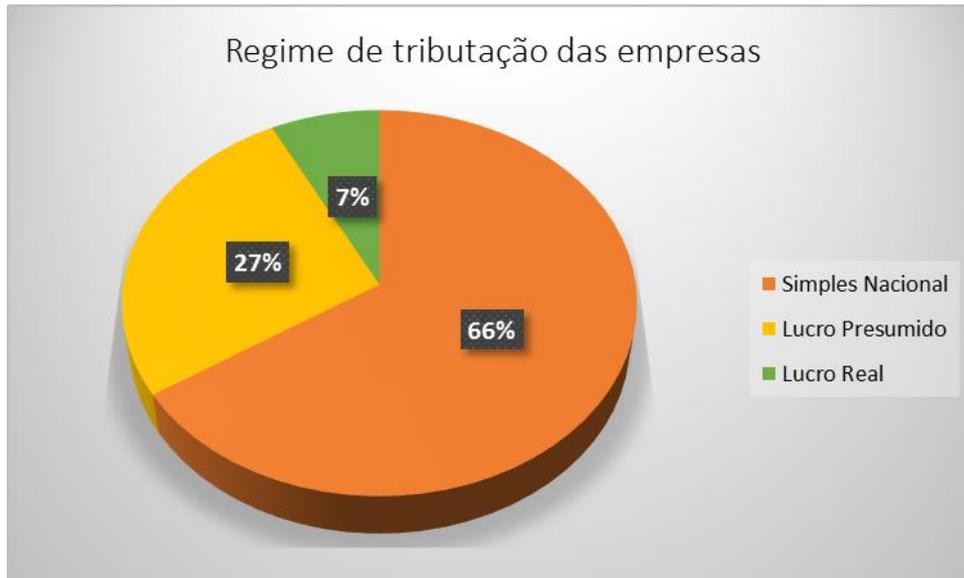


Gráfico 7: Regime de tributação das empresas
Fonte: Dados da pesquisa

Com base no Gráfico 7, podemos constatar que das 784 empresas com a contabilidade sob responsabilidade dos contadores pesquisados, 66% (516) são tributadas pelo Simples Nacional, 27% (209) pelo Lucro Presumido e 7% (58) pelo Lucro Real.

No Gráfico 8 traz-se o resultado da obrigatoriedade das empresas em que os profissionais respondentes são responsáveis pela contabilidade quanto aos projetos do SPED.

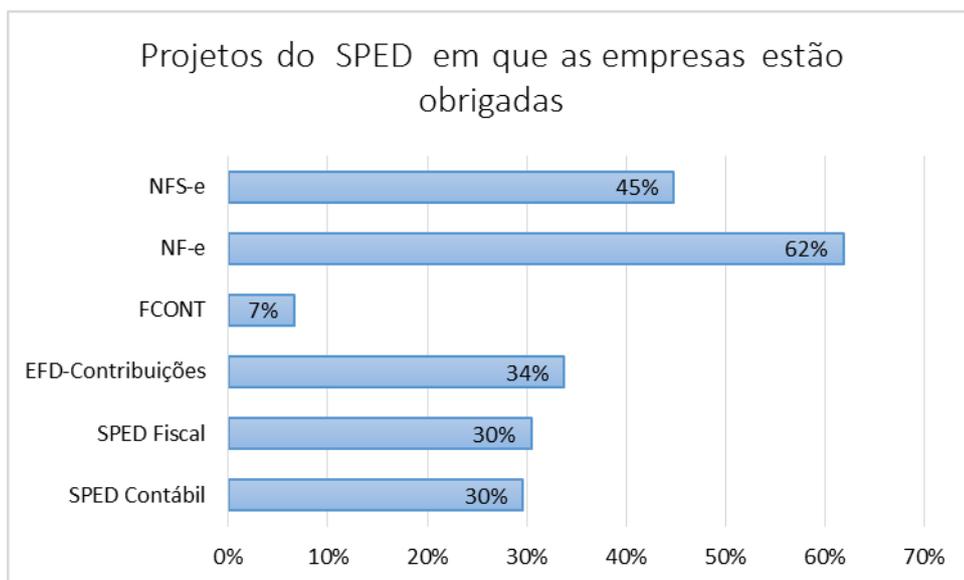


Gráfico 8: Obrigatoriedade das empresas
Fonte: Dados da pesquisa

Com base no Gráfico 8, é possível observar que das 784 empresas, 62% (485 empresas) estão obrigadas a entrega da NF-e. Em segundo lugar encontra-se as NFS-e com 45% (351 empresas) do total das empresas. Quanto ao SPED Contábil, SPED Fiscal, ambos apresentam uma porcentagem de 30% (239 empresas) e a EFD-Contribuições 34% (265 empresas). Já o FCONT somente 7% do total de empresas (52 empresas) estão obrigadas, sendo sua obrigatoriedade está voltada somente para empresas tributadas pelo Lucro Real, como consta no referencial teórico.

Levando em consideração o regime de tributação dessas empresas, abordado no Gráfico 7, observa-se que a maioria dos profissionais respondentes atendem empresas tributadas pelo Simples Nacional. Esse regime de tributação ainda não está obrigado a entrega da EFD ICMS/IPI, somente a partir de 1º de janeiro de 2016, com possibilidade de antecipação desse prazo, conforme critério de cada Unidade Federada, o que não é o caso do Paraná, porém, devem emitir a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e quando prestadores de serviço a NFS-e.

Souza (2013) apurou em sua pesquisa realizada em Criciúma/SC que seus respondentes afirmaram que mais de 80% de seus clientes estão obrigados a entrega do SPED Contábil, SPED FCont, SPED Fiscal e SPED Contribuições e o regime tributário mais visto entre seus clientes é o Lucro Real. Presume-se que a diferença entre as pesquisas dá-se também ao ano em que cada uma foi realizada.

4.3 SOBRE O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO SPED

Nessa seção buscou-se verificar o processo de implantação do SPED junto aos profissionais da amostra selecionada através de duas questões que tratou dos seguintes assuntos: (i) a área responsável pela implantação do projeto SPED e (ii) o fator que gerou mais transtorno a área contábil no processo da implantação.

O Gráfico 9 traz os dados da área responsável pela implantação do SPED nas empresas em que o respondente é responsável pela contabilidade.

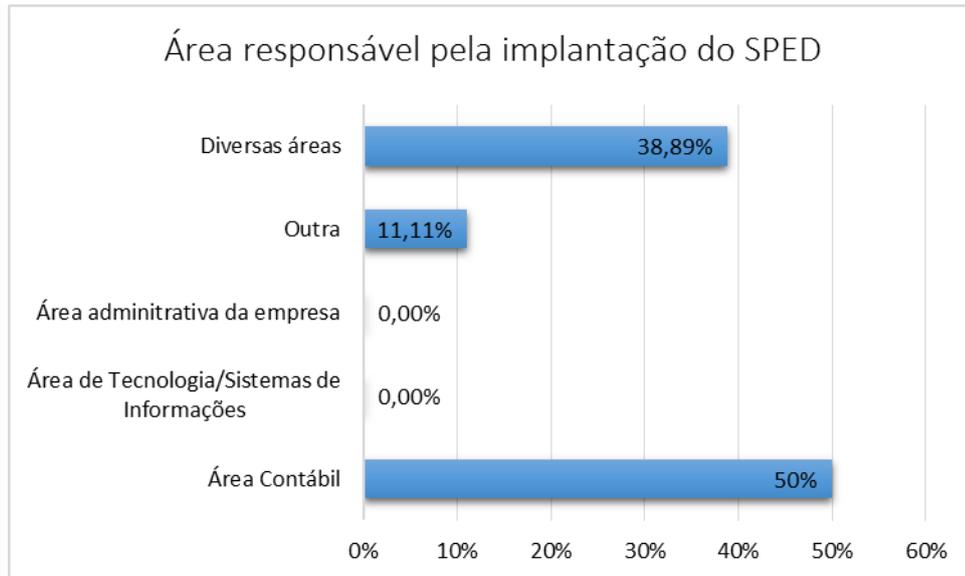


Gráfico 9: Área responsável pela implantação do SPED
Fonte: Dados da pesquisa

Com base nos dados do Gráfico 9, é possível observar que 50% dos respondentes (9), apontaram apenas a área contábil como a responsável pela implantação do SPED. Já 38,89% dos respondentes (7), apontaram diversas áreas como responsáveis, sendo elas a área contábil, área de tecnologia/sistemas de informações e área administrativa da empresa, ou seja, as três em conjunto. Somente área administrativa da empresa ou área de tecnologia/sistemas de informação não foram mencionadas por nenhum dos respondentes. Dois respondentes, ou seja, 11,11% (2) apontaram outra área citando a área fiscal. Com isso, pode-se afirmar que na grande maioria dos casos a responsabilidade pela implantação dos projetos recai sobre a área contábil, mas destaca-se que o SPED envolve mais de uma área da empresa.

Pires (2010) afirma em sua pesquisa que às áreas e/ou departamentos mais citados pelos respondentes que estão envolvidos na implantação do SPED, foram a fiscal, seguida pela tecnológica e contábil, porém, não citou porcentagem. Foram citadas, ainda, porém com mínima frequência, a jurídica e a financeira. Conclui-se, com isso, que a abrangência do projeto vai além da contabilidade e do departamento fiscal, atingindo e influenciando outras áreas.

Embora as pesquisas possuam uma diferença de 5 anos, é possível observar a similaridade nos resultados da presente pesquisa com a de Pires (2010)

no que se refere a responsabilidade e envolvimento das diversas área das empresas ao projeto SPED.

Sempre que é implantado algo novo em um empresa, essa mudança tende a gerar alguns transtornos. Nesse sentido, o Gráfico 10 traz os resultados da percepção dos contadores quanto aos itens que geram maior transtorno, no que se refere a implantação do SPED.



Gráfico 10: Fatores de transtornos no processo de implantação do SPED
 Fonte: Dados da pesquisa

Conforme Gráfico 10, 72% dos respondentes (13) afirma que o item que mais gerou transtorno com a implantação do SPED e para adaptar-se ao novo processo foi o cadastro dos clientes, fornecedores e produtos.

O cadastro de clientes e fornecedores mostra a capacidade das pessoas físicas ou jurídicas com quem a organização realiza suas operações. O cadastro correto dos produtos também é de extrema importância para geração correta dos arquivos. Todas essas informações são de responsabilidade da organização que repassa essas informações ao Fisco. Se não atualizar esses dados, pode induzir ao erro de escrita fiscal.

Segundo a Receita Federal do Brasil (2015) informações incorretas ou omissões de informações estão sujeitas à aplicação de penalidade pelas autoridades tributárias federal ou estadual, por recolher aos cofres públicos um valor de tributo diferente do exigido.

Ilarino e De Souza (2010) afirmam, em sua pesquisa, que a implantação de qualquer sistema dentro de uma organização deve ser feito após um estudo detalhado e com um preparo adequado para que ocorra tudo da melhor forma possível.

Souza (2013) também abordou em sua pesquisa transtornos na implantação do SPED, sendo o mais citado por seus respondentes, com 46% da amostra, o treinamento dos colaboradores para o SPED. Já Pires (2010) numa amostra de 44 respondentes, foi mencionado 36 vezes como maior dificuldade a preparação do pessoal, seguida pelo custo financeiro e mudanças na estrutura da empresa.

Nota-se que nas duas pesquisas anteriores acima citadas, o transtorno foi com treinamento e preparação do pessoal. Já na presente pesquisa, o transtorno com treinamentos foi citado por 38,89% de respondentes (7), não sendo a principal fonte de preocupações. Presume-se que seria pelo fato das associações do próprio sindicato dos contabilistas (SICONP) e o sindicato das empresas (SESCAP) oferecerem cursos e palestras profissionalizantes.

Estima-se que esses dados estão correlacionados levando em consideração que, o fato dos colaboradores estarem treinados para atuarem com o projeto do SPED, se atentarão ao detalhe do cadastro dos clientes, fornecedores e produtos diminuindo a probabilidade de erro nas informações que serão enviadas ao fisco.

4.4 SOBRE AS ROTINAS POSTERIORES A IMPLANTAÇÃO DO SPED

Nessa seção buscou-se tratar das rotinas posteriores a implantação do SPED por meio de seis questões nas quais irá identificar junto aos respondentes: (i) a forma de atualizar seus conhecimentos; (ii) o projeto do SPED que causa maior impacto na profissão contábil pela complexidade de configuração, validação e envio os dados; (iii) o setor que gera, confere e entrega os arquivos do SPED; (iv) os itens que resultam em maior quantidade de erros/advertências na validação e envio dos arquivos do SPED; (v) as principais necessidades do profissional contábil para conseguir gerar, validar e enviar corretamente os arquivos após a implantação do SPED; (vi) as principais mudanças nas rotinas do profissional contábil após a implantação do SPED.

O Gráfico 11 refere-se a forma de atualização dos conhecimentos do respondente em relação ao SPED.

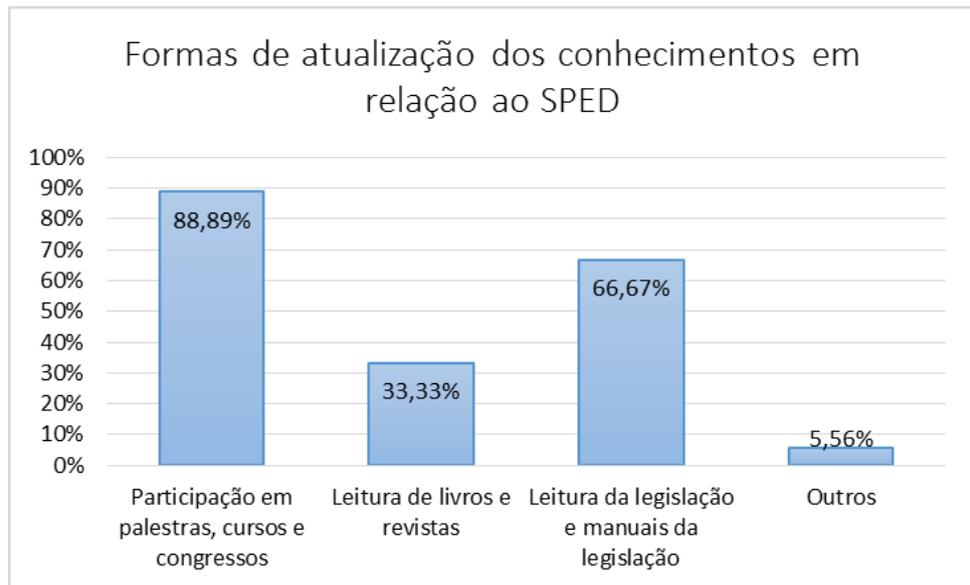


Gráfico 11: Formas de atualização de conhecimentos
Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se no Gráfico 11 que a forma de atualização citada por 88,89% dos respondentes (16) é a participação em palestras, cursos e congressos. Já o segundo método mais usado pelos profissionais. Para 66,67% (12) é a leitura da legislação e manuais da legislação.

O Quadro 2 traz a relação entre a idade do respondente, tempo de atuação e a forma de atualização dos conhecimentos em relação ao SPED.

Respondente	Idade	Tempo de atuação	Como atualiza seus conhecimentos em relação ao SPED
1	De 26 a 35 anos	De 11 a 15 anos	participação em palestras, cursos e congressos, leitura de livros e revistas
2	De 26 a 35 anos	De 6 a 10 anos	participação em palestras, cursos e congressos, leitura da legislação e manuais da legislação
3	De 36 a 50 anos	Mais de 15 anos	participação em palestras, cursos e congressos, leitura da legislação e manuais da legislação
4	De 36 a 50 anos	Mais de 15 anos	
5	Mais de 50 anos	Mais de 15 anos	participação em palestras, cursos e congressos, leitura da legislação e manuais da legislação
6	Mais de 50 anos	Mais de 15 anos	participação em palestras, cursos e congressos, leitura da legislação e manuais da legislação
7	De 36 a 50 anos	De 11 a 15 anos	leitura da legislação e manuais da legislação
8	De 36 a 50 anos	Mais de 15 anos	participação em palestras, cursos e congressos
9	Até 25 anos	De 6 a 10 anos	participação em palestras, cursos e congressos, leitura da legislação e manuais da legislação
10	Mais de 50 anos	Mais de 15 anos	participação em palestras, cursos e congressos, leitura da legislação e manuais da legislação
11	De 36 a 50 anos	De 11 a 15 anos	participação em palestras, cursos e congressos
12	Mais de 50 anos	Mais de 15 anos	participação em palestras, cursos e congressos, leitura da legislação e manuais da legislação
13	De 26 a 35 anos	De 6 a 10 anos	participação em palestras, cursos e congressos, leitura de livros e revistas
14	Até 25 anos	Até 5 anos	participação em palestras, cursos e congressos
15	De 26 a 35 anos	De 11 a 15 anos	participação em palestras, cursos e congressos, leitura da legislação e manuais da legislação
16	Mais de 50 anos	Mais de 15 anos	participação em palestras, cursos e congressos, leitura da legislação e manuais da legislação, bate papo informal com colegas da área para troca de informações
17	De 36 a 50 anos	Mais de 15 anos	participação em palestras, cursos e congressos, leitura da legislação e manuais da legislação
18	De 36 a 50 anos	Mais de 15 anos	participação em palestras, cursos e congressos, leitura da legislação e manuais da legislação

Quadro 2: Relação entre idade do respondente, tempo de atuação e forma de atualização dos conhecimentos em relação ao SPED
Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar o quadro 3, é possível observar que numa amostra de 18 respondentes, todos os que responderam buscam conhecimentos sobre o SPED em palestras, cursos e congressos. Dos que responderam que buscam conhecimento através da leitura da legislação e manuais de legislação, 50% (9) possuem mais de 36 anos de idade. Contudo, métodos presenciais e muita leitura a fim de adaptar-se a contabilidade moderna e tecnologicamente avançada são a preferência dos profissionais pesquisados.

Souza (2013) em sua pesquisa realizada em Criciúma/SC, também abordou o método que os profissionais buscam para atualizar seus conhecimentos e constatou que numa amostra de 52 respondentes, 33% buscam conhecimento através de cursos presenciais, porém, são profissionais mais jovens com faixa etária até 35 anos e os que possuem menos de 35 anos buscam outras formas de conhecimento não elencados na pesquisa. Os profissionais de idade mais avançada não foram citados. Com isso, concluiu que os profissionais mais jovens tentam buscar atualizações sobre o SPED em variadas formas de aprendizado.

Pires (2010) também aborda em sua pesquisa o método dos respondentes pela busca de informações para atualizar seus conhecimentos e numa amostra de 44 respondentes, 90% menciona participação em palestras, cursos e congressos, seguida pela leitura da legislação com 84% dos respondentes. Quanto a faixa etária dos respondentes 45,45% encontra-se entre 25 e 35 anos. Também foi citado a troca de informações com colegas da área o que coincide com uma resposta da presente pesquisa, conforme quadro 2 onde um respondente menciona bate papo informal com colegas da área para troca de informações como um método de buscar informações para atualizar seus conhecimentos em relação ao SPED.

Todos os projetos do SPED tem sua complexidade desde a configuração até o envio, porém, alguns exigem mais atenção e cuidado. O Gráfico 12 traz os resultados da percepção dos respondentes em relação ao projeto do SPED que causa maior impacto na profissão contábil pela complexidade de configuração, validação e envio.

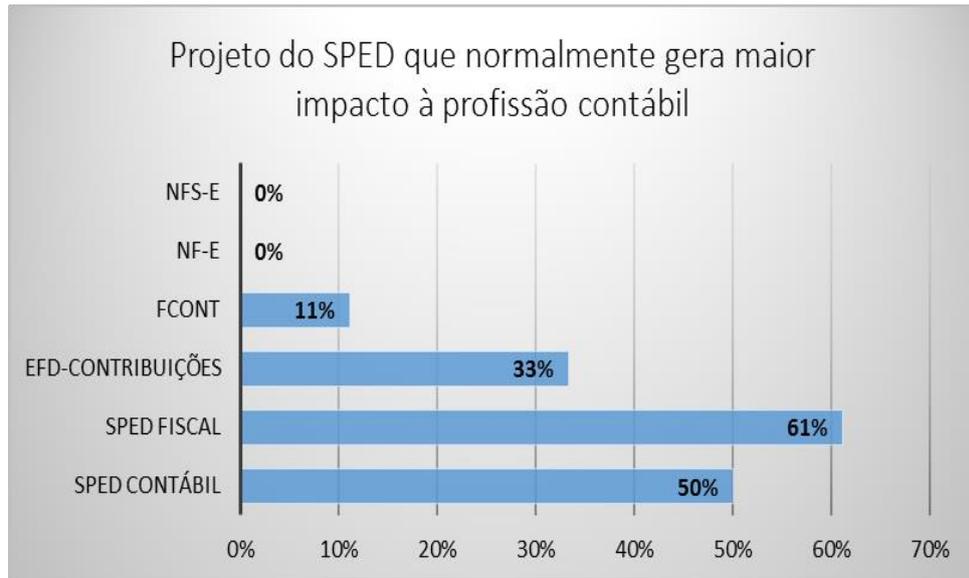


Gráfico 12: Projetos do SPED com maior impacto na profissão contábil
 Fonte: Dados da

Observa-se no Gráfico 12 que 61% dos respondentes (11) citaram o SPED Fiscal como o projeto que mais impacta na profissão contábil. O fato da maioria das empresas em que os respondentes são responsáveis pela contabilidade estarem tributadas pelo Simples Nacional, explica o fato do SPED Fiscal causar maior impacto pois, ainda não são obrigadas a entrega do mesmo. Pelo mesmo motivo, 50% dos respondentes (9) afirmam que o projeto que causa maior impacto é o SPED Contábil. Já a NF-e e NFS-e não causam impacto para nenhum dos respondentes.

Se comparar ao Gráfico 8 que trata da obrigatoriedade a cada um dos projetos do SPED das empresas em que o respondente é responsável pela contabilidade, vemos que do total das 784 empresas, 62% (485) estão obrigadas ao projeto do SPED NF-e e 45% (351) a NFS-e, ou seja, estão presentes com mais frequência no dia a dia dos profissionais, já que são obrigadas independente da forma de tributação. O EFD-Contribuições está obrigado por 34% das empresas (265) e apenas 30% (239) estão obrigadas ao SPED Fiscal e SPED Contábil

Com isso é possível relacionar o impacto dos projetos na profissão devido à complexidade dos arquivos e a pouca experiência com os mesmos visto que no gráfico 12 o SPED Fiscal e SPED Contábil são apontados como projetos do SPED com maior impacto na profissão contábil e as NF-e e NFS-e não foram mencionadas.

Pressupõe também que o fato de não haver dificuldades com a NF-e, seria por esse projeto estar a mais tempo instituído, desde 2005, sendo assim, a maioria

dos *softwares* já estão parametrizados e de acordo com as exigências e com isso facilitando a adaptação para essas empresas.

Souza (2013) também abordou em sua pesquisa o projeto do SPED mais complexo e encontrou resultado diverso, sendo que em sua amostra de 52 respondentes, 55% escolheram o SPED Contribuições como mais complexo e 73% dos entrevistados responderam que 50% de seus clientes estão dentro do regime de tributação do Simples Nacional.

O Gráfico 13 traz a o setor da empresa que gera, confere e entrega os arquivos do SPED nas empresas em que é responsável pela contabilidade.



Gráfico 13: Setor responsável por gerar, conferir e entregar os arquivos do SPED
 Fonte: Dados da pesquisa

É possível observar no Gráfico 13 que 94% (17) dos respondentes citaram os setores contábil/fiscal como os responsáveis por gerar, conferir e entregar os arquivos do SPED. Apenas um respondente (6%) citou que o setor contábil responsável por somente gerar e conferir os arquivos e o setor de tecnologia responsável por somente entregar ao fisco os arquivos do SPED.

No processo de implantação do SPED, o Gráfico 9 mostrou que 50% dos respondentes (9) apontaram apenas a área contábil como a responsável por implantar o projeto do SPED e 11,11% dos respondentes (2) somente a área fiscal. Nas rotinas posteriores a implantação do SPED, o Gráfico 13 mostra que os setores

contábil e fiscal são maiores responsáveis por gerar, conferir e entregar os arquivos do SPED.

Para Ilarino (2010, p. 3) “a contabilidade não trabalha isolada das outras áreas e muito menos visando atender somente o fisco, ela tem grande relevância dentro de uma organização”. Isso mostra que a contabilidade não trabalha sozinha, qualquer alteração nela influencia direta ou indiretamente a empresa como um todo. Os setores estão em constante sintonia.

O Gráfico 14 traz os resultados da questão que buscou analisar quais itens resultam em maior quantidade de erros/advertências na validação e envio dos arquivos do SPED.

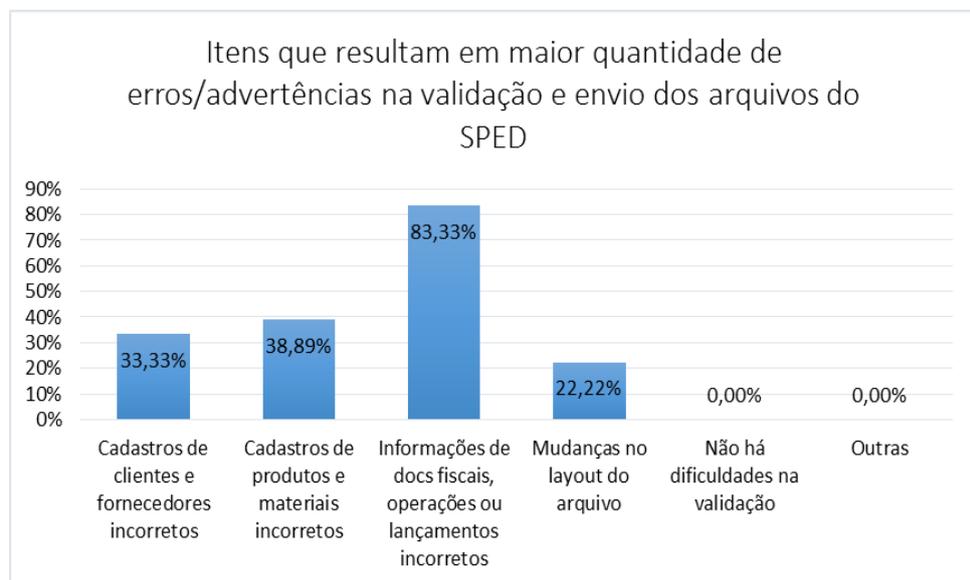


Gráfico 14: Principais causas de erros/advertências na validação e envio dos arquivos do SPED

Fonte: Dados da pesquisa

Com base no Gráfico 14 é possível observar que para 83,33% dos respondentes (15), o item resultante em maior quantidade de erros/advertências na validação e envio dos arquivos do SPED, é o que se refere as informações de documentos fiscais, operações ou lançamentos incorretos. A opção “outras” e “não há dificuldade na validação” não foram mencionadas por nenhum dos respondentes.

As advertências não impedem a transmissão do arquivo, no entanto é importante analisar e corrigir as informações. Já os erros impedem a transmissão, neste caso somente com a correção e uma nova geração será possível transmitir com êxito o arquivo. O fato das informações serem detectadas em tempo real no banco de

dados, se as mesmas estiverem incorretas ou incompletas na emissão da NF-e, pode causar desde o impedimento do faturamento até penalidades já previstas na legislação.

Presume-se que esse seja o motivo dos profissionais citarem com maior porcentagem o fato de informações de documentos fiscais, operações ou lançamentos incorretos é o que resultam em maior quantidade de erros/advertências na validação e envio dos arquivos do SPED, visto que a NF-e é o projeto que está em maior porcentagem no que se refere a obrigatoriedade das empresas onde os respondentes são responsáveis pela contabilidade.

O Gráfico 15 trata das principais necessidades do profissional contábil para conseguir gerar, validar e enviar corretamente os arquivos.

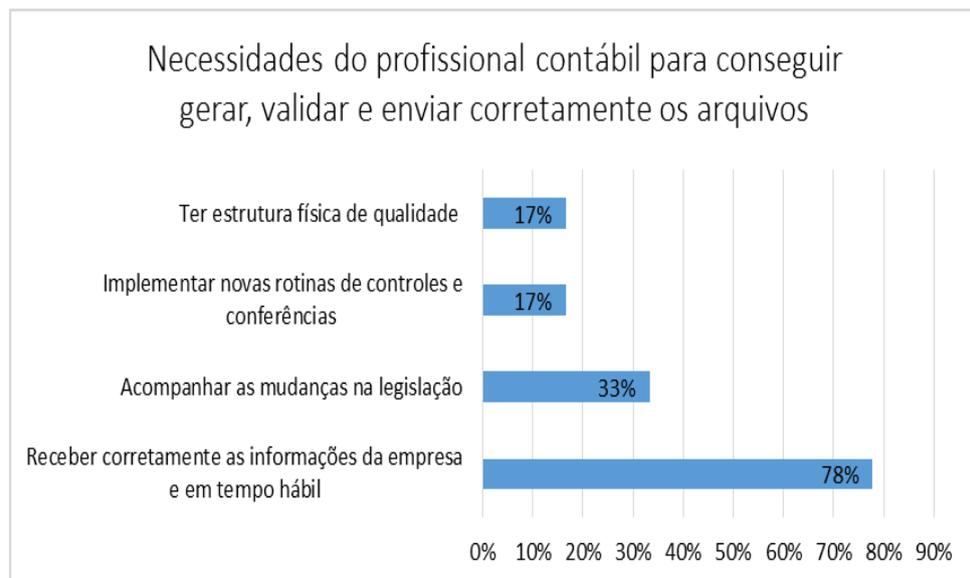


Gráfico 15: Necessidades para gerar, validar e enviar corretamente os arquivos do SPED

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme Gráfico 15, na percepção dos respondentes a principal necessidade para atender essas exigências impostas pelo fisco é de receber corretamente as informações da empresa em tempo hábil, citado por 78% dos respondentes (14).

As declarações hoje transmitidas ao fisco exigem atenção exigindo cuidado com a entrega dentro do prazo. Mas atentar-se as informações nelas contidas é necessário também pois, entregar uma obrigação acessória dentro do prazo evita multa, porém, se as informações dessa obrigação forem consideradas inconsistentes pelo fisco, pode ser muito mais complicado que uma multa por uma entrega fora do

prazo, pois terá que fazer uma retificação pagando a diferença devida. Por isso a necessidade da entrega correta das informações por parte da empresa.

Ainda que determinados registros ou campos não contenham regras específicas de validação de conteúdo ou de obrigatoriedade, esta ausência não dispensa, em nenhuma hipótese, a não apresentação de dados existentes nos documentos e/ou de informação solicitada pelos fiscos.

Acompanhar as mudanças na legislação foi mencionado por 33% dos respondentes (6). Isso proporciona melhores condições para analisar e validar os arquivos exigidos pelo fisco.

Ao analisarmos junto com os dados do Gráfico 14, observa-se que receber corretamente as informações da empresa e em tempo hábil está diretamente ligado ao fato das principais causas de erros/advertências na validação e envio dos arquivos do SPED serem devido a informações de documentos fiscais operações ou lançamentos incorretos pois, o processo de correção dos arquivos dependerá principalmente da empresa enviar as informações a tempo de fazer todas as correções necessárias. Isso evitará transtorno tanto para a empresa quanto para o profissional responsável por esse processo.

Para finalizar a parte que trata sobre as rotinas posteriores a implantação do SPED, a sexta questão da quarta parte do questionário foi uma pergunta aberta elaborada para analisar, de forma descritiva, a percepção dos profissionais respondentes em relação as principais mudanças nas rotinas do profissional contábil após a implantação do SPED.

Na percepção dos respondentes, depois da implantação do SPED houve uma integração maior entre a empresa e o contador pois, puderam vivenciar mais as rotinas das empresas, acompanhar a implantação e adequação dos softwares e integrar todas essas informações para a geração do SPED, ou seja, houve uma proximidade maior com o cliente.

Essa nova rotina necessita de profissionais qualificados, atualizados e inteirados com a atividade da empresa, pois o profissional dessa nova era tem a função de assessorar o empresário antes dos fatos ocorrerem e não só transformar números em informações. Também foi mencionado a necessidade de aperfeiçoamento do assunto na formação acadêmica.

Ao comparar essa seção com as pesquisas anteriores sobre o tema, observa-se que, após essas inovações na contabilidade com a implantação do SPED, todas

abordam a atribuição principal do profissional uma visão mais voltada a parte gerencial, agregando mais conhecimento e qualidade nos serviços prestados.

4.5 SOBRE A REPERCUSSÃO DO SPED

Nessa seção buscou-se tratar da repercussão do SPED por meio de três questões voltadas ao profissional da contabilidade, nas quais irá identificar a percepção dos contadores sobre os reflexos do SPED no: (i) perfil profissional; (ii) no mercado de trabalho e (iii) na qualidade da prestação de serviços contábeis.

Para que o profissional obtenha sucesso e exerça com responsabilidade seu papel diante das necessidades devido ao avanço tecnológico na Contabilidade com a vinda do SPED, alguns fatores são necessários. Gráfico 17 traz os resultados sobre a percepção dos respondentes sobre o fator mais importante para que o profissional exerça com responsabilidade o seu papel.

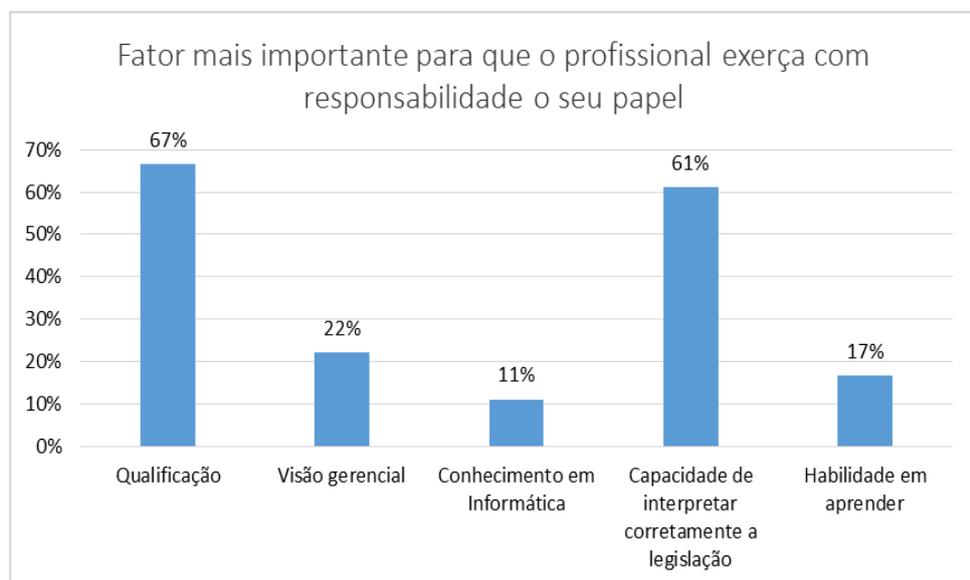


Gráfico 16: Fator importante para o profissional exercer seu papel com responsabilidade

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se no Gráfico 16 que 67% dos respondentes (12) citou que o fator mais importante para que o profissional exerça com responsabilidade seu papel é a

qualificação. Além de conhecimento, toda mudança requer pessoas qualificadas e capacitadas para poder interpretar corretamente a legislação que é bem complexa.

Pires (2010) também solicitou em sua pesquisa, realizada em Florianópolis/SC, para que os respondentes indicassem o fator principal no perfil do profissional da Contabilidade a fim de exercer, com responsabilidade, o seu papel diante das necessidades demandadas na implantação do SPED. Para 68% dos respondentes o fator mais importante é a qualificação. Comparado com a presente pesquisa, a diferença foi de 1% na escolha dessa opção.

Na presente pesquisa, a capacidade de interpretar corretamente a legislação foi citada por 61% dos respondentes (11). Item também abordado por Pires (2010), porém, não foi citado por nenhum dos respondentes.

A visão gerencial, conhecimento em informática e habilidade em aprender também são fatores importantes, porém, foram pouco citados pelos respondentes.

O Gráfico 17 refere-se a questão que aborda a forma em que o SPED irá influenciar no mercado de trabalho do Contabilista.

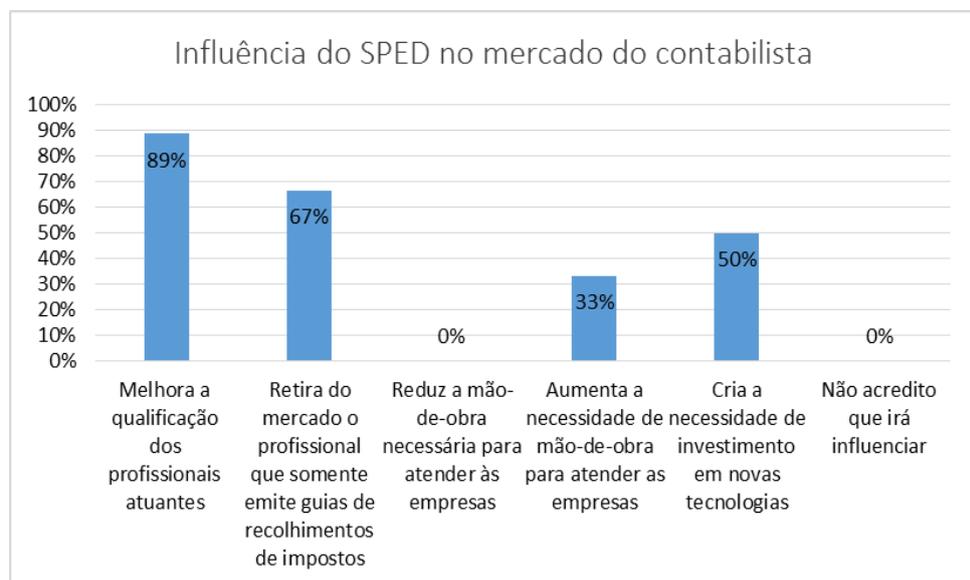


Gráfico 17: Influência do SPED no mercado de trabalho do Contabilista
Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se no Gráfico 17 que 89% dos respondentes (16) citaram que o SPED contribuiu para melhorar a qualificação dos profissionais atuantes. Especula-se que houve uma grande evolução na profissão contábil e o fato do profissional passar por adaptações para atender as exigências trazidas pelo SPED, suas atribuições hoje

são diferentes, não basta apenas atender as necessidades tributárias, tem que fornecer informações precisas.

Ao comparar com pesquisas anteriores, Pires (2010) afirma que o SPED traz uma nova postura do profissional de Contabilidade, onde antes era visto por muitos como um profissional que exerce funções meramente fiscais, hoje o trabalho intelectual e o conhecimento do contador sobrepõe-se ao operacional.

Souza (2013) também aborda em suas considerações finais a importância de destacar o valor do profissional contábil diante desta complexa alteração na legislação fiscal, uma vez que o mesmo dispõe de capacidade para atuar com a nova sistemática, e experiência com os processos contábeis e fiscais necessários à escrituração digital e considera que os reflexos do SPED são perceptíveis aos profissionais ligados à área contábil, e esta nova sistemática possibilitará uma constante evolução na área tributária nacional.

Adicionalmente, 67% dos respondentes (12) afirmam que a implantação do SPED retira do mercado o profissional que somente emite guias de recolhimentos de impostos e comparando com a primeira alternativa é possível observar que somente sobrevive no mercado quem realmente se adapta a essas mudanças.

Nenhum dos respondentes acredita que o SPED não influencia no mercado de trabalho do Contabilista e nem que reduz a mão-de-obra necessária para atender as empresas, pelo contrário, 33% dos respondentes (6) acredita que aumenta a necessidade de mão-de-obra para atender às empresas e 50% (9) que cria a necessidade de investimento em novas tecnologias.

O Gráfico 18 refere-se a questão que aborda a contribuição do SPED nos serviços contábeis.

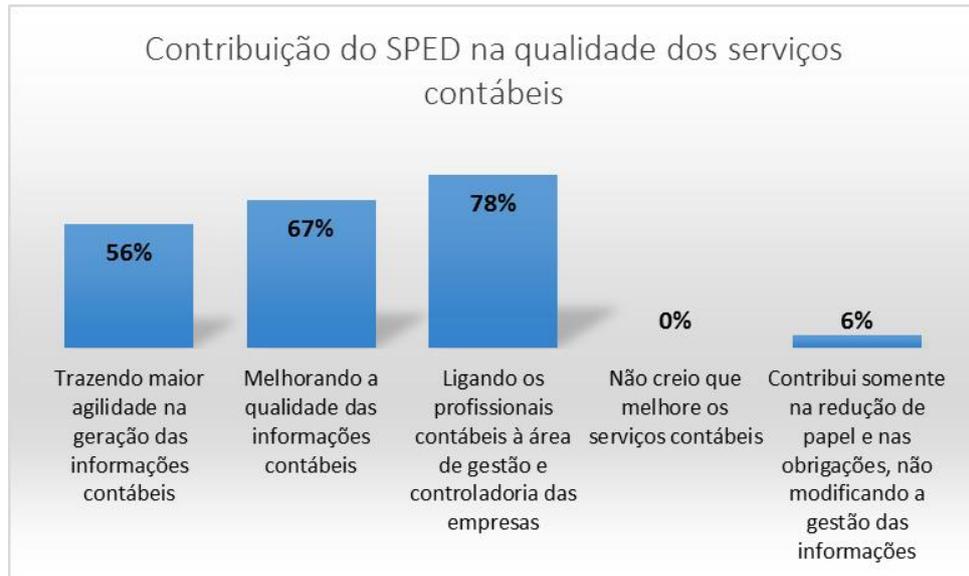


Gráfico 18: Contribuição do SPED para a qualidade dos serviços contábeis
 Fonte: Dados da pesquisa

Com base no gráfico 18, o que mais impactou contribuindo positivamente na qualidade dos serviços contábeis do profissional foi o fato do SPED ligar os profissionais contábeis à área de gestão e controladoria das empresas com 78% do total de respondentes(14). Esse fato já foi identificado em pesquisas anteriores.

Wessling (2011) constatou em sua que 36,36% dos respondentes acreditam que houve enriquecimento do trabalho do contabilista, abertura de novos caminhos para que os profissionais mais qualificados desenvolvam trabalhos ligados à área de gestão e controladoria na entidade que ele representa e contribuição para a melhoria dos serviços contábeis e fiscais.

Wilpert (2012) conclui em sua pesquisa que houve percepção positiva sobre o SPED devido a maior valorização profissional e eficiência na gestão sistêmica e integrada das entidades.

Também foram mencionados pelos respondentes outras contribuições do SPED para a melhoria na qualidade dos serviços contábeis como melhorando a qualidade das informações contábeis com 67%. Silva (2014) conclui em sua pesquisa que o SPED é uma nova realidade vivenciada pelo profissional contábil e acarreta melhorias nas informações prestadas.

Outra contribuição mencionada significativamente, com 56% dos respondentes (10) é que o SPED traz maior agilidade na geração das informações contábeis. Wessling (2011) constatou que 93,94% dos respondentes de sua pesquisa acreditam que com aumento da agilidade das informações corretas e a confiança nas

informações transmitidas ao profissional contábil, diminuirá o tempo utilizado, de muitos contadores, com processos operacionais, dedicando mais seu tempo com trabalhos de cunho mais gerencial, redução de custos, aumento da facilidade de se fazer um planejamento logístico.

Nenhum respondente concorda que o SPED não melhore os serviços contábeis e apenas 6% (1) citou que o SPED contribui somente na redução de papel e nas obrigações, não modificando a gestão das informações. Na pesquisa de Souza (2013) 69% de seus respondentes acreditam que houve significativa redução do uso de papel após a implantação do SPED.

Com isso, nessa seção foi possível observar que, na percepção dos respondentes, muitos foram os reflexos do SPED no perfil profissional, no mercado de trabalho e na qualidade da prestação de serviços contábeis. Um profissional que se adapta as novas exigências do fisco, possui uma visão voltada para o futuro e assim adquire a capacidade de assessorar seus clientes mostrando a importância da adaptação ao SPED em suas empresas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do projeto SPED trouxe a contabilidade e principalmente o profissional contábil para uma nova realidade. Nesse contexto a presente pesquisa teve como objetivo geral identificar a percepção dos contadores do município de Pato Branco-PR sobre os reflexos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na profissão contábil.

Para alcançar o objetivo geral, o trabalho teve como objetivos específicos: (i) caracterizar o perfil e a atividade do profissional contábil no município; (ii) analisar as responsabilidades e dificuldades no processo de implantação do SPED; (iii) identificar as mudanças nas rotinas contábeis posteriores a implantação do SPED e (iv) analisar a percepção dos contadores sobre os reflexos do SPED no perfil profissional, no mercado de trabalho e na qualidade da prestação de serviços contábeis.

Para coleta de dados, foi elaborado um questionário adaptado da pesquisa anterior de Pires (2010) e de Souza (2013), direcionando aos contadores sócios do SICONP de Pato Branco/PR, totalizando uma amostra de 18 contadores, direcionando perguntas de ambos os aspectos, uma aberta e as demais fechadas, totalizando 20 questões, onde o participante pode dar suas respostas livremente e escolher uma em várias, dentro de um espaço delimitado.

Quanto ao primeiro objetivo específico, foi possível observar que a maioria dos respondentes são do gênero masculino na faixa etária de 36 a 50 anos, 44% graduado na área e 33% possui especialização predominando a área de Gestão Financeira e Orçamentária. A maioria do profissionais pesquisados, com 78% atuam como contadores em escritório de contabilidade a mais de 15 anos. São responsáveis pela contabilidade de até 35 empresas, chegando a 155 empresas, sendo a maioria tributada pelo Simples Nacional e obrigadas a entrega da NF-e e NFS-e. Contam com 5 colaboradores tendo alguns com mais de 15 pessoas auxiliando na atividade contábil.

No segundo objetivo verificou-se que quanto ao processo de implantação do SPED, na percepção dos respondentes a área responsável pela implantação que, na visão de 50% dos respondentes foi somente a área contábil, já 38,89% deles apontaram diversas áreas como responsáveis, sendo elas a área contábil, área de

tecnologia/sistemas de informações e área administrativa da empresa, ou seja, as três em conjunto.

Quanto aos itens que mais gerou transtorno com a implantação do SPED e para adaptar-se ao novo processo para 72% dos respondentes foi o cadastro dos clientes, fornecedores e produtos.

No terceiro objetivo foi possível constatar que, após a implantação do projeto SPED, houve uma grande necessidade de capacitação e qualificação do profissional contábil, mesmo sendo a maioria graduado e especializado na área. Nota-se um grande empenho do profissional, principalmente pela preferência de atualização de seus conhecimentos em cursos, palestras e congressos, ou seja, estão abertos a troca de informações e conhecimentos entre profissionais de variadas faixas etárias.

Quanto ao projeto que mais impacta na profissão, é o SPED Fiscal seguido do SPED Contábil. Sendo a maioria das empresas, em que são responsáveis pela contabilidade, tributadas pelo Simples Nacional e não estão obrigadas a esses dois projetos, é possível relacionar o impacto dos projetos na profissão devido à complexidade dos arquivos e a pouca experiência com os mesmos.

Observou-se também que, na implantação do projeto SPED, 50% dos respondentes apontaram apenas a área contábil como a responsável pela implantação do SPED, já nas rotinas posteriores ao SPED, houve uma sintonia maior entre as áreas contábil e fiscal, já que citaram os setores contábil/fiscal como os responsáveis por gerar, conferir e entregar os arquivos do SPED.

No que se refere ao item resultante em maior quantidade de erros/advertências na validação e envio dos arquivos do SPED, os respondentes apontam como maior causa disso as informações de documentos fiscais, operações ou lançamentos incorretos, visto que receber corretamente as informações da empresa e em tempo hábil é uma das principais necessidades do profissional contábil para conseguir gerar, validar e enviar corretamente os arquivos e pode estar diretamente ligado a grande quantidade de erros/advertências na validação e envio dos arquivos do SPED.

Quanto a legislação do SPED, embora em pequenas porcentagens, foi mencionada desde o processo de implantação do SPED até sua repercussão pós implantação. O fato dela ser mencionada seria pela importância na atualização dos conhecimentos e uma das necessidades para gerar, validar e enviar corretamente os arquivos do SPED, pois saber interpretar ajuda aplica-la corretamente.

No quarto objetivo tratou-se de analisar a percepção dos contadores sobre os reflexos do SPED no perfil profissional e foi possível observar que na percepção de 67% dos respondentes, um dos fatores mais importantes para que o profissional exerça seu papel com responsabilidade é a qualificação, visto que no terceiro objetivo também é mencionado como fator importante mesmo todos serem graduados. Nota-se que o que mais impactou contribuindo positivamente na qualidade dos serviços contábeis do profissional foi o fato do SPED ligar os profissionais contábeis à área de gestão e controladoria das empresas. É possível notar a valorização profissional por parte dos respondentes, hoje o contador exerce mais a parte de gestão juntos das empresas, a qualificação é o fator principal no perfil do profissional atual e é possível agregar mais conhecimento e qualidade nos serviços prestados.

Sendo assim, conclui-se que, na percepção dos respondentes, depois da implantação do SPED houve uma integração maior entre a empresa e o contador, onde esses profissionais puderam vivenciar mais as rotinas das empresas, acompanhar a implantação e adequação dos softwares, ou seja, houve uma proximidade maior com o cliente. Há uma grande necessidade de profissionais qualificados, atualizados e inteirados com a atividade da empresa, pois o profissional dessa nova era tem a função de assessorar o empresário. Foi mencionado ainda a necessidade de aperfeiçoamento do assunto na formação acadêmica.

Tanto na presente pesquisa como nas anteriores, todas abordam a atribuição principal do profissional dessa nova era, onde sua visão está mais voltada a parte gerencial, agregando mais conhecimento e qualidade nos serviços prestados, trazendo um reflexo positivo na profissão.

Dessa forma, o presente trabalho alcançou o objetivo proposto que foi identificar a percepção dos contadores do município de Pato Branco/PR sobre os reflexos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na profissão contábil.

As principais limitações deste estudo estão relacionadas aos seguintes aspectos: (i) o questionário não foi respondido por todos os profissionais da contabilidade, onde faziam parte da amostra levantada, onde sofreriam alterações se a amostra fosse ampliada; (ii) a amostra limitou-se aos profissionais associados ao SICONP de Pato Branco/PR.

Recomenda-se, para trabalhos futuros como: (i) a ampliação do número de respondentes, aplicando o mesmo questionário em regiões diferentes, a fim de comparar os reflexos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na profissão

contábil na percepção de profissionais contábeis de outras regiões; (ii) desenvolver trabalhos sobre o novo projeto que está sendo implantado: e-Social e assim analisar o reflexo desse projeto na profissão contábil tanto dos contadores associados ao SICONP de Pato Branco/PR quanto de outras regiões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEUREN, Ilse Maria. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2003.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BEZERRA, Marcelo Pinheiro. **Os Impactos sobre o profissional de contabilidade com implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)**. 2010. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Lourenço Filho, Fortaleza, 2010.

BITTENCOURT, Mayara Moreira. **Sistema Público de Escrituração Digital – SPED: uma análise sobre a visão dos contadores e técnicos em contabilidade dos escritórios do Setor Comercial Sul do DF**. 2013. 24 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Centro Universitário de Brasília – Uniceub Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, Brasília, 2013.

BORGES, Thiago Bernardo et al. Desmistificação do regime contábil de competência. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p.877-901, ago. 2010.

BRASIL, Decreto 6.022, 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm>. Acesso em 03 Jun. 2015.

BRASIL, Decreto nº 1.598, 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1598.htm>. Acesso em 03 Jun. 2015

BRYMAN, Alan. *Research Methods and Organization Studies*. Great Britain: Routledge, 1989, 283 p.

BRITZ, Carla Maria; SANTANA, Alex Fabiano Bertolo; LUNKES, César Augusto. *Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos Gestores das*

Cooperativas Agropecuárias Catarinenses sobre os prováveis benefícios produzidos com sua implantação. Disponível em: <http://www.unisinos.br/abcustos/_pdf/187.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2015.

CALDEIRA, Alyne Hosken; MOURA, Luis Claudio de. **O CONTADOR DIANTE DAS RESPONSABILIDADES IMPOSTAS PELA ERA DIGITAL**. 2013. 49 f. TCC (Especialização) – Faculdade Pitágoras, Belo Horizonte, 2013.

CARVALHO, Adriano. Fernando, **A TI Chega á Contabilidade**. <<http://www.caminhandojunto.com.br/2009/05/ti-chega-contabilidade.html>> Acessado em 15 jul. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 2010, Porto Alegre. **Da escrituração manual ao SPED: A relação do Fisco com as empresas**. Porto Alegre: Evangraf, 2010. 88 p.

COSTA, Alberto José Duarte da et al. SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED): A NOVA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO DA ÁREA CONTÁBIL E FISCAL. **Revista de Estudos Contábeis**, Toledo, v. 6, n. 6, p.1-21, out. 2010.

DA SILVA FILHO, GILBERTO MAGALHÃES; LEITE FILHO, PAULO AMILTON MAIA. **Nível de Conhecimento dos Contadores em Relação ao Sped: Um Estudo Exploratório por Meio da Teoria de Resposta ao Item**. In: XV CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

DE ÁVILA, Lucimar Antônio Cabral. **SPED–Sistema Público de Escrituração Digital: Um Estudo do Nível de Qualificação dos Profissionais Contábeis em uma Cidade do Estado de Minas Gerais**. Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

DUARTE, R. D. Big brother fiscal: o Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED, e NF-e estão transformando a gestão empresarial no Brasil. 2. ed. São Paulo: Idea@work, 2008.

DUARTE, Roberto Dias. **EFD-Contribuições: Uma nova etapa começa aqui**. Disponível em: <http://www.robertodiasduarte.com.br/wp-content/uploads/downloads/2012/05/ESPECIAL-SPED_final.pdf>. Acesso em 06 Ago 2015.

DUARTE, Roberto Dias. **Escrituração Contábil Fiscal é complexa e com entrega obrigatória já para setembro.** Disponível em: <<http://www.robertodiasduarte.com.br/escrituracao-contabil-fiscal-e-complexa-e-com-entrega-obrigatoria-ja-para-setembro/>>. Acesso em 07 Ago 2015.

Emenda Constitucional n. 42, de 19 de dezembro de 2003. (2003). Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

ENSSLIN, Leonardo; VIANA, William Barbosa. **O Design Na Pesquisa Quali-Quantitativa Em Engenharia De Produção – Questões Epistemológicas.** 2008. Disponível em: <www.producaoonline.inf.br>. Acesso em: 03 mar 2015.

FARIA, Ana Cristina de et al. **SPED–Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos contribuintes em relação os impactos da adoção do SPED.** In: 10º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. Recuperado em, v. 10, 2010.

FAZENDA, Ministério da. **NF-e.** Disponível em <http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/sobreNFe.aspx?tipoConteudo=HaV+iXy7HdM=>. Acessado em 17 jul. 2015a.

FAZENDA, Ministério da. **NF-e. Perguntas e Respostas.** Disponível em: <<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/perguntasFrequentes.aspx?tipoConteudo=E4+tmY+ODf4=>>. Acessado em 17 jul. 2015b.

FAZENDA, Ministério da. **NF-e. Perguntas e Respostas.** Disponível em: <http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/protocolos/ICMS/2009/pt042_09.htm>. Acessado em 17 jul. 2015c.

FIGUEIREDO, Nêbia Maria Almeida de. (Org.). **Método e Metodologia na Pesquisa Científica.** s.l., Difusão Editora, 2004, 247 p.

FILHO, Gilberto Magalhães da Silva et al. **Impacto nos custos decorrente da adoção do SPED: uma análise da percepção dos empresários no município de João Pessoa.** In: XX CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 2013, Uberlândia. **Artigo.** Uberlândia: Atlas, 2013. p. 1 - 14.

FRANCISCO, Suzana. **Os Impactos da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na gestão das Micro e Pequenas Empresas.** 2008. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GERON, Cecília Moraes Santos et al. SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos contribuintes em relação os impactos de sua adoção. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 5, n. 2, p.44-67, ago. 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999. 198 p.

GIL, Antonio Calos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Antonio Luis Borges. **As principais dificuldades para implantação de inteligência fiscal nas empresas: uma contribuição baseada em um estudo de caso.** 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, PUCSP, São Paulo, 2011.

GUIA TRIBUTÁRIO. **Regimes de Tributação no Brasil.** Disponível em <<http://guiatributario.net/2013/12/13/regimes-de-tributacao-no-brasil/>>. Acesso em 15 jul. 2015.

HENRIQUE, Nilton S. Arrecadação brasileira Pós-SPED: a eficácia da fiscalização eletrônica. **Revista Linceu On-line**, São Pulo, v. 2, n. 2, p.29-47, jun. 2012.

ILARINO, Samira; DE SOUZA, Marta Alves. SPED (Sistema Público de Escrituração Digital): Impactos da sua Implantação na Empresa Xx1 SPED (*Public System Of Digital*): *Impacts On The Implementation Of Your Company Xx.* 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KOCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa.15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LIZOTE, Suzete Antonieta. A estrutura do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): um estudo das novas obrigações. **Revista de Gestão e Tecnologia**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p.17-25, dez. 2012.

MAGALÃES, Marcos B C. **SPED: CFC, Receita Federal e entidades parceiras debatem novo sistema.** 2014. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/noticias>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO LEIAUTE DO SPED CONTÁBIL (ECD). Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-contabil/download/Manual_de_Orientacao_da_ECD.pdf>. Acesso em 04 mai. 2015

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORETTI, Geizilene Machado. **Os impactos causados com a implantação do Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital -SPED FISCAL- uma pesquisa com empresas de transporte de cargas da região AMREC.** 2012. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** 10^a ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos. **Livro Contabilidade Empresarial.** 9^a Edição. São Paulo, Editora Atlas S.A., 2011.

NEVES Jr. et. al. O Estudo exploratório sobre os benefícios e desafios da implantação e utilização do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED na opinião de prestadores de serviços contábeis no Distrito Federal. In: 8^o CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. São Paulo, julho 2011.

OLIVEIRA, Ana Letícia Sousa de. **Procedimentos e adequações ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).** 2011. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Centro Sócio-econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

OLIVEIRA, Edson. **Contabilidade Informatizada.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PASA, Eduardo C. O uso de documentos eletrônicos na contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 12, n. 25, p.72-83, jan. 2001.

PEREIRA, Sidinei Aparecido et al. Governança Eletrônica na administração pública: estudo de caso sobre a nota fiscal eletrônica–NF-e. In: 18º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE. 2008. p. 1-12.

PETRI, Sérgio M. Modelo para apoiar a avaliação das abordagens de gestão de desempenho e sugerir aperfeiçoamentos: sob a ótica construtivista. 2005. 235 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

PETRI, Sérgio Murilo et al. Escrituração Fiscal Digital (EFD): Vantagens e Desvantagens a partir da literatura selecionada. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC**, Florianópolis, v. 12, n. 36, p.53-69, nov. 2013.

PINHEIRO, José Maurício dos Santos. **Da Iniciação Científica ao TCC**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

PIRES, Andréa da Silva. **A Percepção dos Contabilistas do Município de Florianópolis, com relação à implantação do Sistema Público de Escrituração Digital**. 2010. 61 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Centro Sócio-econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

PORTAL TRIBUTARIO. SPED Fiscal e Contábil. Disponível em <<http://www.normaslegais.com.br/trib/2tributario260208.htm>>. Acesso em 15 jul. 2015a.

PORTAL TRIBUTARIO. Simples Nacional - Obrigações Acessórias. Disponível em <<http://www.portaltributario.com.br/guia/simplesobrigacoes.htm>>. Acesso em 15 jul. 2015b.

PORTAL TRIBUTARIO. O que é Lucro Real? Disponível em <<http://www.portaltributario.com.br/artigos/o-que-e-lucro-real.htm>>. Acesso em 15 jul. 2015c.

PORTAL TRIBUTARIO. O que é Lucro Presumido? Disponível em <http://www.portaltributario.com.br/artigos/oquee_lucropresumido.htm>. Acesso em 15 jul. 2015d.

RECEITA, FEDERAL DO BRASIL. **O que é o Simples Nacional?** Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documentos/Pagina.aspx?id=3>>. Acesso em 15 jul. 2015a.

RECEITA, FEDERAL DO BRASIL. **EFD - Contribuições.** Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/perguntao/dipj2014/Capitulo_XXVII_EFD_Contribuicoes2014.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2015b.

RECEITA, FEDERAL DO BRASIL. **Portal SPED.** Disponível em <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/efd-contribuicoes/como-funciona.htm>>. Acesso em 19 jul. 2015c.

RECEITA, FEDERAL DO BRASIL. **SPED.** Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 01 jul. 2015d.

RECEITA, FEDERAL DO BRASIL. **SPED.** Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/objetivos.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2015e.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **10 anos na internet. Linha do tempo.** Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/10anos/linhatempo/>>. Acesso em: 15jul. 2015f.

RECEITA, FEDERAL DO BRASIL. **SPED.** Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-contabil/o-que-e.htm>>. Acesso em: 15jul. 2015g.

RECEITA, Federal do Brasil. Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI. Disponível em: http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/spedfiscal/download/GUIA_PRATICO_EFD_Versao2.0.16.pdf. Acesso em 16 jul. 2015h.

RECEITA, FEDERAL DO BRASIL. **SPED Fiscal**. Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/Sped/faq/Perguntas_Frequentes_EFDICMS_3.0.2014_outubro.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015i.

RECEITA, FEDERAL DO BRASIL. **NF-e Ambiente Nacional**. Disponível em:<<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/nfe/default.htm>>. Acesso em 16 jul. 2015j.

RECEITA, FEDERAL DO BRASIL. EFD-PIS/Cofins - Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LegisAssunto/efdPisCofins.htm>>. Acesso em 16 jul. 2015k.

RECEITA, FEDERAL DO BRASIL. **Sped NFS-e**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/nfse/o-que-e.htm>>. Acesso em 16 jul. 2015l.

RECEITA, FEDERAL DO BRASIL. **Sped FCONT**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/fcont/o-que-e.htm>>. Acesso em 16 jul. 2015m.

RECEITA, FEDERAL DO BRASIL. **Simple Nacional**. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Perguntas/Perguntas.aspx>>. Acesso em 16 jul. 2015n.

REGIMES DE TRIBUTAÇÃO NO BRASIL. Disponível em: <http://quiatributario.net/2013/12/13/regimes-de-tributacao-no-brasil/>. Acesso em 14 jul. 2015.

REVISTA DEDUÇÃO. **Empresas que permanecem no RTT devem entregar FCONT**..Disponível em: <http://www.deducao.com.br/noticia/1101-empresas-que-permanecem-no-rtt-devem-entregar-fcont>. Acessado em 19 jul. 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa Social: método e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RIQUELME, Alice Iara; LOURENÇO, Rosenery Loureiro. **Percepção de profissionais contábeis sobre a implantação do SPED contábil, SPED fiscal e**

nota fiscal eletrônica. In: 2º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Ponta Porã - Ms, v. 1, n. 1, p.1-15, out. 2014.

ROCHA, Stephanie Kalyinka; CARVALHO, Fernando Nitz de. Análise da percepção dos acadêmicos egressos do curso de ciências contábeis das instituições de ensino superior públicas da grande Florianópolis sobre o sistema público de escrituração digital. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC**, Florianópolis, v. 11, n. 31, p.23-36, mar. 2012.

SANCHES, Ismael Pedro. **O Novo Cenário da Gestão Empresarial e Tributária no Brasil.** Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/tecnologia/o-novo-cenario-da-gestao-empresarial-e-tributaria-no-brasil/57625/>. Acessado em 20 jun 2015.

SASSO, Alexandra; ROSA, I. C.; BARBOSA, A. O. **SPED e seus reflexos na profissão contábil.** Encontro de Produção Científica e Tecnológica. Campo Mourão, outubro, 2011.

SILVA, Aldy Fernandes da et al. SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: influência nos resultados econômico-financeiros declarados pelas empresas. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 15, n. 48, p.445-462, set. 2013.

SILVA, Andreia Miranda da, ROCHA, Eliane Emiko. **SPED SOCIAL: Os reflexos na rotina dos profissionais contábeis.** 2014. 33 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Instituto de Ensino Superior Blauro Cardoso de Mattos – Faserra, Serra - ES, 2014.

SILVA, Milton dos Santos. As repercussões do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED: uma análise da percepção de empresas, contadores e órgãos fiscalizadores na região metropolitana de Belo Horizonte/MG. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2012.

SILVA, Rosana Kelly Pedro. **Método de Pesquisa Survey.** 2013. Disponível em: <<http://www.partes.com.br>>. Acesso em: 12 set. 2014.

SILVA, Silas Naftaly Araújo de Farias. **A percepção dos profissionais da contabilidade atuantes na cidade de Campina Grande – PB acerca do advento do Sistema Público de Escrituração Digital – Fiscal para empresas enquadradas**

no Simples Nacional. 2014. 23 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande - Pb, 2014.

SOUZA, Antonio Carlos; FIALHO, Francisco Antonio Pereira; NILO, Otani. TCC: **métodos e técnicas.** Florianópolis: Visual Books, 2007.

SOUZA, Fagner Leandro de. **As Mudanças nas organizações contábeis por reflexo do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.** 2013. 84 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013.

TANZI, V. Globalization, taxcompetitionbythe future oftax systems in corso didiritto tributário internazionale. 2. ed. Padova: CEDAM, 2002.

TECNOSPEED. **Tudo o que você precisa saber sobre Nota Fiscal de Serviço.** Disponível em: <http://www.tecnospeed.com.br/tudo-sobre-nfs-e/>. Acessado em 19 jul. 2015.

WESSLING, Grasielle. O sistema público de escrituração digital (SPED) e seus impactos na gestão das informações contábeis e gerenciais. **Revista e-Estudante-*Electronic Accounting and Management-ISSN 1984-7378***, v. 3, n. 3, 2011.

WILPERT, Lilian Regina. **Sistema Público de Escrituração Digital: percepção dos contabilistas das cooperativas de crédito de Santa Catarina.** 2012. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. SPED - Sistema Público de Escrituração digital. Curitiba: Juruá, 2009. 288p.

APÊNCICE A

QUESTIONÁRIO

Prezados, solicito sua colaboração em responder a pesquisa sobre “**A Percepção dos Contadores do Município de Pato Branco – PR sobre os Reflexos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na Profissão Contábil**”.

Salientamos que as respostas serão utilizadas para discussão em um Trabalho de Conclusão de Curso junto à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e que não serão identificados os respondentes.

Atenciosamente,

Acadêmica: Juliana Fialka

Orientadora: Prof^a. Msc. Marivânia Rufato da Silva

Curso: Ciências Contábeis

Orientação de preenchimento: Caso você não atue na contabilidade de empresas obrigadas ao SPED, preencha apenas a Parte I do questionário.

Parte I – Perfil do respondente:

1. Sexo:
 Feminino
 Masculino

2. Faixa etária:
 Até 25 anos
 De 26 a 35 anos
 De 36 a 50 anos
 Mais de 50 anos

3. Indique seu maior nível de formação:
 Nível Técnico – Área: _____
 Graduado – Área: _____
 Especialista – Área: _____
 Mestrado – Área: _____
 Doutorado – Área: _____
 Outras: _____

4. Neste momento qual é sua área de atuação?
 Contador interno em empresa privada
 Contador em escritório de contabilidade
 Contador no Serviço Público
 Outra área: _____

5. Tempo de atuação na área contábil:
- () Até 5 anos
 - () De 6 a 10 anos
 - () De 11 a 15 anos
 - () Mais de 15 anos

Parte II – Caracterização da Atividade Contábil:

1. Você é responsável pela contabilidade de quantas empresas: _____
2. Quantas pessoas trabalham nas atividades da contabilidade onde você atua:

3. Do total de empresas que você é responsável pela contabilidade, quantas se enquadram em cada um dos seguintes regimes de tributação:

Regime de Tributação	Total de empresas enquadradas
Simple Nacional	
Lucro Presumido	
Lucro Real	
Lucro Arbitrado	

4. Do total de empresas que você é responsável pela contabilidade, quantas estão obrigadas a cada um dos seguintes projetos do SPED:

Projetos do SPED	Total de empresas obrigadas
SPED Contábil	
SPED Fiscal	
EFD-Contribuições	
FCONT	
NF-e	
NFS-e	

Parte III – Sobre o processo de implantação do SPED:

1. Nas empresas em que atua e que já estão obrigadas a algum projeto do SPED, normalmente qual é a área responsável pela implantação?
 - () área Contábil
 - () área de Tecnologia/Sistemas de Informações
 - () área Administrativa da empresa

- () outra: _____
 () diversas áreas: _____

2. Em relação ao processo de implantação do SPED, quais das alternativas abaixo normalmente gera maior transtorno à área contábil? Assinale quantas opções forem necessárias.
- () adaptações nos sistemas utilizados para a geração dos arquivos
 () treinamento dos profissionais envolvidos
 () a complexidade da legislação que abrange o SPED
 () mudanças na cultura operacional, nos controles e rotinas de trabalho
 () investimento em estrutura física (computadores, internet, certificados)
 () correção de cadastros (dados de clientes, fornecedores e produtos)
 () outras: _____

Parte IV – Sobre as rotinas posteriores a implantação do SPED:

1. No dia a dia, como atualiza seus conhecimentos em relação ao SPED? Assinale quantas opções forem necessárias.
- () participação em palestras, cursos e congressos
 () leitura de livros e revistas
 () leitura da legislação e manuais da legislação
 () outros: _____
2. Na sua percepção, qual projeto do SPED causa maior impacto na profissão contábil pela complexidade de configuração, validação e envio?
- () SPED Contábil
 () SPED Fiscal
 () EFD-Contribuições
 () FCONT
 () NF-e
 () NFS-e
3. Nas empresas em que você é responsável pela contabilidade, que setor gera, confere e entrega os arquivos do SPED?
- () setor contábil/fiscal
 () setor da tecnologia/sistemas de informação
 () setor administrativo da empresa
 () outros: _____
4. Na sua percepção, quais dos itens abaixo resultam em maior quantidade de erros/advertências na validação e envio dos arquivos do SPED? Assinale quantas opções forem necessárias.
- () cadastros de clientes e fornecedores incorretos
 () cadastros de produtos e materiais incorretos
 () informações de documentos fiscais, operações ou lançamentos incorretos
 () mudanças no layout do arquivo não incorporadas no software adotado
 () não há dificuldades na validação
 () outras _____

5. Na sua percepção, depois de implantado o SPED, quais são as principais necessidades do profissional contábil para conseguir gerar, validar e enviar corretamente os arquivos? Assinale quantas opções forem necessárias.
- receber corretamente as informações da empresa e em tempo hábil
 - acompanhar as mudanças na legislação
 - implementar novas rotinas de controles e conferências
 - ter estrutura física de qualidade (computadores, internet, sistema)
 - outras: _____
6. Considerando as empresas em que atua, cite as principais mudanças nas rotinas do profissional contábil após a implantação do SPED.
- _____
- _____
- _____
- _____

Parte V – Sobre a repercussão do SPED:

1. Diante das necessidades demandadas na implantação do SPED, no que se refere ao perfil do profissional da Contabilidade, qual o fator em sua percepção é o mais importante para que o profissional exerça com responsabilidade o seu papel:
- Qualificação
 - Visão gerencial
 - Conhecimento em informática
 - Capacidade de interpretar corretamente a legislação
 - Habilidade em aprender
 - outras: _____
2. Na sua percepção o SPED irá influenciar no mercado de trabalho do Contabilista de que forma? Assinale quantas opções forem necessárias.
- melhora a qualificação dos profissionais atuantes
 - retira do mercado o profissional que somente emite guias de recolhimentos de impostos.
 - reduz a mão-de-obra necessária para atender às empresas;
 - aumenta a necessidade de mão-de-obra para atender às empresas;
 - cria a necessidade de investimento em novas tecnologias.
 - não acredito que irá influenciar
 - outras: _____
3. Na sua percepção, como o SPED contribui para a melhoria dos serviços contábeis? Assinale quantas opções forem necessárias.
- trazendo maior agilidade na geração das informações contábeis
 - melhorando a qualidade das informações contábeis
 - ligando os profissionais contábeis à área de gestão e controladoria das empresas

- não creio que melhore os serviços contábeis
- contribui somente na redução de papel e nas obrigações, não modificando a gestão das informações
- Outras: _____